

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social







PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anibal Moacir da Silva Prefeito

Daniel Daudt Schaefer Vice-prefeito

Regis Sanchez

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Fábio Bernardo da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Responsável técnico: Paulo Crochemore Mohnsam da Silva Sociólogo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Colaboração:

Manalua de Mello da Silva, Técnica em Informática Grégori de Moraes Soranso, Chefe do Departamento de Cadastro Único

Contato:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Endereço: Rua São Joaquim, 600 - Centro CEP 93010-190 gabinete.sedes@saoleopoldo.rs.gov.br (51)35686757

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CADUNICO Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CECAD Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CIT Comissão Intergestores Tripartite

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FEE Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul

FJP Fundação João Pinheiro

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IDESE Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada LA Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

LOAS Lei Orgânica de Assistência Social

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MS Ministério da Saúde MSE Medida Socioeducativa

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

NOB SUAS Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PBF Programa Bolsa Família

PEA População Economicamente Ativa

PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB Produto Interno Bruto

PNAD Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PNUD Programa das Nacões Unidas para o Desenvolvimento

PSC Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade

PSF Programa Saúde da Família

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

SAGI Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SEDES Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SM Salário Mínimo

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO5
1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO10
2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS11
3. PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL
4. HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA25
5. ASPECTOS DE ECONOMIA E DE EMPREGOS FORMAIS
6. ASPECTOS DE EDUCAÇÃO36
7. ASPECTOS DE SAÚDE
8. INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA46
9. DESENVOLVIMENTO HUMANO
9.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)47
9.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE - FEE)
10. SEGURANÇA PÚBLICA50
11. ASPECTOS DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE52
12. DADOS DE AMEAÇA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS63
13. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (DADOS DE CADASTROS A PARTIR DE 2012)
14. DADOS POR REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DOS CRAS, BAIRROS E UNIDADE
TERRITORIAIS
14.1.1 DADOS SOBRE RENDA
13.1.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA
13.1.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA
14.1.4 DADOS DA UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO CENTRO, SUL E SUDESTE
14.2 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS LESTE
14.2.1 DADOS SOBRE RENDA
14.2.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA
14.2.3 DADOS SOBRE ESCOLARIDADE
14.2.4 TERRA INDÍGENA POR FI GÂ: A COMUNIDADE KAINGANG
14.2.5 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO LESTE104

14.3 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORDESTE	108
14.3.1 DADOS SOBRE RENDA	
14.3.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA	113
14.3.3 DADOS DE ESCOLARIDADE	115
14.3.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO NORDESTE	116
14.4 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORTE	120
14.4.1 DADOS SOBRE RENDA	121
14.4.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA	124
14.4.3 DADOS DE ESCOLARIDADE	126
14.4.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO NORTE	
14.5 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS OESTE	132
14.5.1 DADOS SOBRE RENDA	134
14.5.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA	136
14.5.3 DADOS DE ESCOLARIDADE	139
14.5.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO OESTE	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	145

APRESENTAÇÃO

Dados podem não responder direta e imediatamente a situações de risco, vulnerabilidades sociais ou violações de direitos de famílias e pessoas. Porém, quando organizados na forma de um diagnóstico, possibilitam o planejamento de ações de médio e longo prazos que busquem incidir de maneira mais ampla sobre a realidade social. Trata-se de uma abordagem distinta, porém complementar, em relação ao trabalho social com indivíduos, famílias e comunidades, uma vez que possibilita a construção de estratégias de atuação que sejam capazes de orientar o trabalho futuro. Havendo informações que orientem o planejamento torna-se possível enfatizar o caráter proativo e preventivo de uma política social, atuando de forma a evitar que vulnerabilidades e riscos se agravem gerando violação de direitos. Conforme o Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial,

a partir da identificação das particularidades do território e do conhecimento das famílias, os profissionais que atuam na política de assistência social podem formular estratégias com vistas à proteção social e a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2013, p. 25).

É importante ressaltar que o trabalho de sistematização de informações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve ser relacionado ao planejamento em nível local, superando a tomada de decisões com base em intuições ou informações fragmentadas e imprecisas. Isso é corroborado pela NOB SUAS 2012, art. 17, que afirma, por exemplo, ser responsabilidade do órgão gestor municipal "organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, *de acordo com o diagnóstico socioterritorial*" (BRASIL, 2012, p. 24 – grifos nossos).

Considerando ser a produção do diagnóstico socioterritorial uma atribuição dos setores de Vigilância Socioassistencial que, segundo o I Plano Decenal da Assistência Social – Plano SUAS 10, devem ser formalizados em todos municípios do país, cabe expor a importância do fornecimento de informações estruturadas por essa área da gestão do SUAS que:

"I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação; II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes; III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que

assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea (BRASIL, 2012, p. 41 – NOB SUAS 2012, art. 88).

Porém, independentemente da existência formal ou informal de setor de Vigilância Socioassistencial, segundo o art. 12 da NOB SUAS, é responsabilidade comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios

desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional (BRASIL, 2012, p. 21);

Sinteticamente, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 20 da NOB SUAS de 2012, podemos afirmar que

o diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos *territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais* que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (grifos nossos) (BRASIL, 2012, p. 20).

São Leopoldo, segundo parâmetros do IBGE, é uma cidade de grande porte¹ e está na região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. De acordo com o PNAS, municípios de grande porte são esses centros populacionais

mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infraestrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade). (BRASIL, p. 46, 2004)

Por isso, é importante para a instituição e aperfeiçoamento do SUAS no município levarmos em consideração informações a partir de diversos olhares: desde aspectos gerais do município, informações referentes ao público da assistência social, bem como dados territorializados.

¹ Municípios de grande porte são aqueles que possuem população entre 101 mil e 900 mil habitantes.

* * *

O presente diagnóstico, originalmente, compunha o Plano Municipal de Assistência Social e, por solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social do município, foi desmembrado. Como ele fora construído entre o fim de 2014 e início de 2015, aproveitamos a ocasião e acrescentamos algumas informações. Além disso, reformulamos esta introdução e acrescentamos algumas considerações finais.

Nosso trabalho em nível municipal teve como principal fonte de dados o Censo Demográfico de 2010 do IBGE e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal². O Censo Demográfico do IBGE produz um recenseamento da população, ou seja, não trabalha com amostras, nem teve seu público escolhido por quaisquer critérios. Seu objetivo é recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais. Através de um extenso banco de dados, foi possível extrair informações sobre o município de São Leopoldo, seus bairros e sua subdivisão em setores censitários³. Já o Cadastro Único serve a programas sociais. Nele são inseridas as famílias com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos ("baixa renda")⁴. Famílias com renda superior a três salários mínimos podem ser incluídas no Cadastro Único, desde que sua inclusão se vincule a serviços socioassistenciais ou programas sociais em qualquer esfera. Nesse sentido, se distingue de um censo demográfico, pois depende da procura da população ou de um trabalho "busca ativa" por parte de técnicos dos governos para cadastramento da população com perfil adequado. O público do Cadastro Único representa uma parcela da população: aquela que acessou ou acessa o cadastramento.

Neste sentido, o uso dessas duas fontes auxilia na sistematização de *dados* complementares. Se por um lado, o Censo Demográfico possui certa defasagem devido atempo transcorrido, o Cadastro Único nos informa dados mais atualizados, referentes a *Outubro de 2014*⁵. Se por outro lado, o Cadastro Único não nos permite ter dados de toda

² Outras informações podem ser verificadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, através dos sítios http://www.atlasbrasil.org.br e http://www.atlasbrasil.org.br e http://www.atlasbrasil.org.br e http://www.atlasbrasil.org.br e http://www.atlasbrasil.org.br e http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil m/sao-leopoldo rs>.

³ Um setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à realização da coleta de dados. O setor constitui um conjunto de quadras, no caso de área urbana, ou uma área do município, no caso de uma área não urbanizada.

⁴ No cálculo da renda familiar, são considerados os rendimentos do trabalho, de aposentadoria, pensão, segurodesemprego e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Não são considerados os benefícios de programas de transferência de renda federal, estadual e municipal

⁵ Os dados foram extraídos, através da ferramenta operacional CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico) em Janeiro de 2015, através do sítio http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/index.php. O recorte estabelecido para uso do banco de dados foi considerar apenas as informações de cadastros atualizados a partir de 2011. Tal escolha foi feita com base no fato de os cadastros atualizados antes deste ano oferecem informações desatualizadas que comprometeriam a expressão da realidade das famílias.

população, o Censo Demográfico nos oferece isso. Por exemplo: a pobreza, de acordo com renda familiar total e renda familiar *per capita*, é sub-representada no Cadastro Único, pois não é toda população com perfil de Cadastro Único que possui cadastro. Por outro lado, regiões como aquela de abrangência do CRAS Nordeste, onde houve muitas transformações em um curto espaço de tempo, pode não ter sua realidade representada com dados apenas de 2010. No entanto o que pretendemos é ter uma espécie de fotografia dessas realidades. A dinâmica da pobreza e das vivências de riscos e vulnerabilidades sociais passa por processos nos quais as pessoas e as famílias migram, os domicílios são alterados, as relações de parentesco, dependência e laços afetivos se transformam, e renda, escolaridade e acesso a serviços podem melhorar com políticas públicas. No entanto, mesmo dados de 2010 seguem representativos, pois a pobreza e os riscos e vulnerabilidades sociais seguem se manifestando (infelizmente) mais ou menos nas mesmas regiões através dos indicadores sociais que captam a realidade em geral dos territórios, não a realidade de pessoas ou famílias específicas.

Com o Cadastro Único conseguimos obter dados sobre os bairros e sobre os territórios de abrangência dos CRAS⁶. Com o Censo Demográfico de 2010, conseguimos especificar pequenos territórios geograficamente próximos com realidades socioeconômicas semelhantes dentro dos bairros, detalhando e complementando as informações do Cadastro Único. Esses territórios menores, que chamamos de "unidades territoriais", são agrupamentos de setores censitários construídos em parceria com as equipes dos CRAS e estão melhor explicados na página 70 e 71, inclusive com o mapa das unidades territoriais.

* * *

Apresentamos o primeiro diagnóstico socioterritorial da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) em formas de quadros, tabelas e gráficos com pequenas análises e esclarecimentos. Ressaltamos que esse trabalho tem caráter continuado, portanto, novas análises surgirão e mudanças na produção e apresentação de dados poderão ser realizadas para que melhor possamos vislumbrar quais as prioridades no município. Certamente muito está por vir, especialmente no que se refere ao aprimoramento do registro de informações, à construção de indicadores mensuráveis para monitoramento e ao mapeamento através de georreferenciamento tanto da rede socioassistencial, quanto das

_

⁶ Infelizmente, enquanto não houver uma padronização no registro, não teremos dados sobre loteamentos, vilas e ocupações não regularizadas, o que auxiliaria na compreensão de diferenças dentro dos bairros.

regiões de maior incidência de situações de riscos e vulnerabilidades. Além disso, vale lembrar que o estudo sobre as potencialidades de famílias e comunidades⁷, considerando também a existência de serviços públicos e de entidades não-governamentais, ainda deve ser feito a fim de complementar o atual diagnóstico, oferecendo caminhos possíveis e ações estratégicas para os equipamentos públicos e para a sociedade civil organizada responderem às demandas que podemos identificar com os dados aqui presentes.

Embora reconheçamos as lacunas e o trabalho por vir, acreditamos que as informações aqui sistematizadas poderão contribuir tanto com o debate quanto com a tomada de decisões estratégicas. Esperamos que elas colaborem para o trabalho de todas as pessoas que executam, defendem e/ou utilizam o SUAS.

⁻

⁷ Trata-se de um trabalho de fôlego no futuro, com caráter analítico que poderá contar com a participação das entidades socioassistenciais, associações de bairro, profissionais dos equipamentos públicos de diversas políticas setoriais, usuários do SUAS, entre outros atores. É muito importante que se capte tanto as potencialidades das comunidades, quanto as condições de proteção social, atenção à saúde e acesso à educação, entre outros.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO⁸

- População total (estimativa para 2015)9: 228.370
- Crescimento anual da população (2000-2010)¹⁰: 1,01%
- Área (2011): 102,3 km²
- Densidade Demográfica (2013): 2.133,7 hab/km²
- Média de moradores em domicílios particulares ocupados (Pessoas)¹¹: 2,99
- Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010)¹²: 3,17 %
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,65 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2012): 15,64 por mil nascidos vivos
- PIB (2013): 5.854.218 mil reais
- PIB per capita (2013): R\$ 25.958,75

⁸ As informações sem nota de rodapé foram obtidas através da FEE.

⁹ A fonte desta informação é o IBGE. Como o Censo Demográfico foi realizado em 2010, a população de 2015 só pode ser definida através de estimativa.

¹⁰ Fonte: Portal ODM que monitora os indicadores para a consecução do alcance metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio <www.portalodm.com.br>.

¹¹ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹² Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O gráfico abaixo demonstra que a população de São Leopoldo mais que dobrou em três décadas¹³. Em seguida, a Tabela 1 expressa esse crescimento em termos de domicílios particulares permanentes. Apesar do aumento significativo do número de domicílios nos últimos 20 anos, existe uma queda no número médio de moradores por domicílio no município.

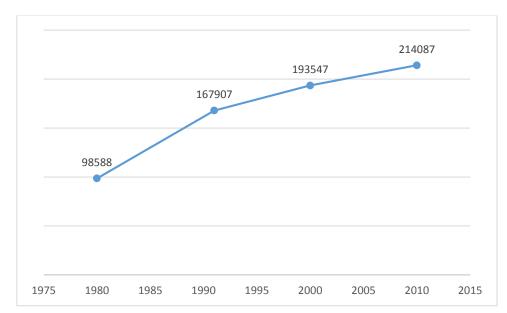


Gráfico 1. Crescimento da população no município entre 1980 e 2010

Fonte: IBGE

Tabela 1. Evolução dos domicílios particulares permanentes e da média de moradores em domicílios particulares permanentes

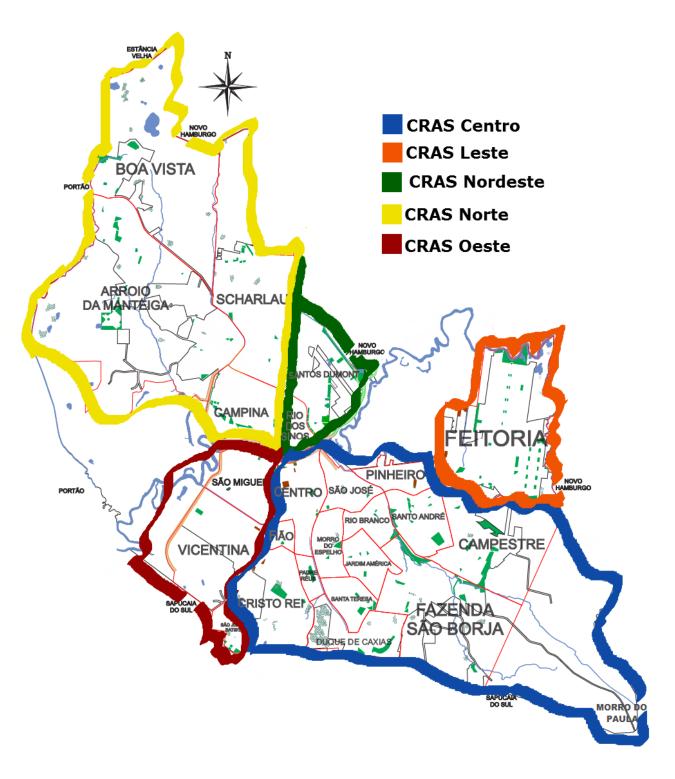
Anos	1991	2000	2010
Domicílios particulares ocupados (Unidades)	46786	57835	71250
Média de moradores em domicílios particulares ocupados (Pessoas)	3,57	3,33	2,99

Fonte: IBGE

_

 $^{^{13}}$ Em 2010 havia uma população de 214.087, sendo 109.845 mulheres e 104.242 homens.

Mapa 1. Cidade de São Leopoldo com delimitação de bairros e regiões de abrangência dos CRAS



Fonte: Elaboração própria

O mapa acima demonstra a divisão do município em termos de regiões de abrangência dos CRAS, forma pela qual se organiza a distribuição territorializada de serviços socioassistenciais e das redes socioassistenciais. No quadro abaixo temos a lista de bairros que correspondem a essas regiões.

Quadro 1. Regiões de abrangência dos CRAS e bairros correspondentes

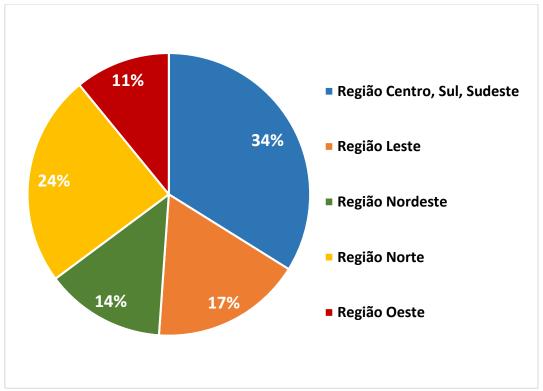
Área de Abrangência do CRAS	Bairro
	PINHEIRO
	SAO BORJA
	JARDIM AMERICA
	CAMPESTRE
	SANTA TEREZA
	SANTO ANDRE
CENTRO	DUQUE DE CAXIAS
(Centro, Sul e Sudeste)	MORRO DO ESPELHO
	RIO BRANCO
	SAO JOSE
	PADRE REUS
	FIAO
	CRISTO REI
	CENTRO
LESTE	FEITORIA
NORDESTE	RIO DOS SINOS
NORDESTE	SANTOS DUMONT
	ARROIO DA MANTEIGA
NORTE	CAMPINA
NORTE	SCHARLAU
	BOA VISTA
	VICENTINA
OESTE	SAO MIGUEL
	SAO JOAO BATISTA

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a região de abrangência do CRAS Centro (regiões Centro, Sul e Sudeste) tinha uma população de 72.319 pessoas; a região de abrangência do CRAS Leste, 36.808 pessoas; a região de abrangência do CRAS Nordeste, uma população de 29.248 pessoas; a região de abrangência do CRAS Norte possuía uma população de 51.817 pessoas; e a região de abrangência do CAS Oeste, 29.248 pessoas.

Conforme o gráfico abaixo, podemos visualizar percentualmente a distribuição da população pelas regiões dos CRAS.

Gráfico 2. Distribuição da população por região de abrangência dos CRAS no município (2010)



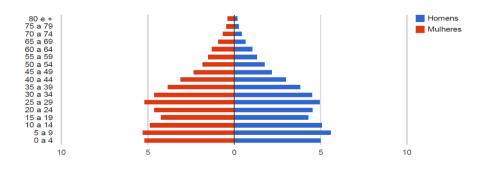
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Os gráficos a seguir demonstram no município uma tendência nacional: a mudança da pirâmide etária. Tal informação nos serve para entendermos a dinâmica da natalidade e do crescimento percentual de certas faixas etárias como possíveis públicos prioritários para a assistência social. Crianças entre 0 e 9 anos de idade já não formam o maior número de pessoas no município¹⁴. Ainda que os direitos da criança e do adolescente devam ser prioritários e, portanto, garantidos, as faixas etárias de pessoas jovens adultas e adultas tornam-se cada vez mais relevantes para as políticas públicas. Da mesma forma, a necessidade de proteção social aos idosos cresce.

⁻

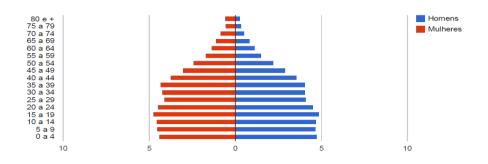
¹⁴ Segundo dados do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 2003 e 2013, a redução do número de filhos por família no Brasil foi de 10,7%. Cabe ressaltar que entre os 20% mais pobres a redução foi de 15,7%. Na região sul, a redução geral foi de 10,4%, enquanto entre os mais pobres foi de 17,5%.

Gráfico 3. Pirâmide etária em 1991 - São Leopoldo



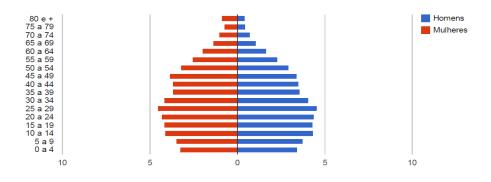
Fonte: IBGE

Gráfico 4. Pirâmide etária em 2000 - São Leopoldo



Fonte: IBGE

Gráfico 5. Pirâmide etária em 2010 - São Leopoldo



A tendência ao envelhecimento também se apresenta na "esperança de vida ao nascer" que vem aumentando constantemente. Por outro lado, a taxa de fecundidade apresenta uma pequena queda, mostrando uma relativa estabilidade, enquanto as taxas de mortalidade infantil caíram drasticamente nos últimos 20 anos.

Tabela 2. Longevidade¹⁵, mortalidade¹⁶ e fecundidade

	Anos		
·	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	67,9	73,4	76,7
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	23,9	14,2	10,1
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	28,0	16,7	11,9
Taxa de fecundidade (filhos por mulher)	2,5	2,2	2,1

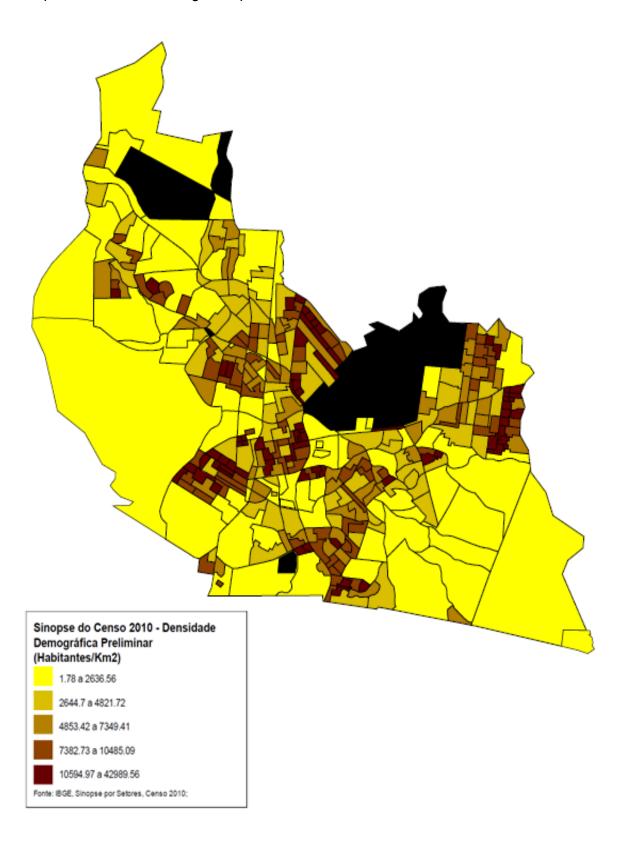
Fonte: IBGE

Os mapas a seguir mostram dados demográficos de maneira visualmente compreensível. O primeiro mapa (Mapa 2) apresenta a densidade demográfica, onde podemos ver maior densidade em zonas espalhadas pelo município, incluindo nos setores censitários que conformam o bairro Centro. Contudo, no segundo mapa (Mapa 3), podemos visualizar a média de moradores por domicílio ocupado, onde o bairro Centro aparece com baixos números. Isso se deve ao fato de haver mais concentração de pessoas por domicílio em zonas periféricas. Ou seja, a concentração de população aparece em várias regiões do município, embora a concentração de pessoas por domicílio seja mais expressiva na periferia. A distinção entre a distribuição de cores nos dois mapas expressa isso.

¹⁵ Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,4 anos e, para o país, de 73,9 anos.

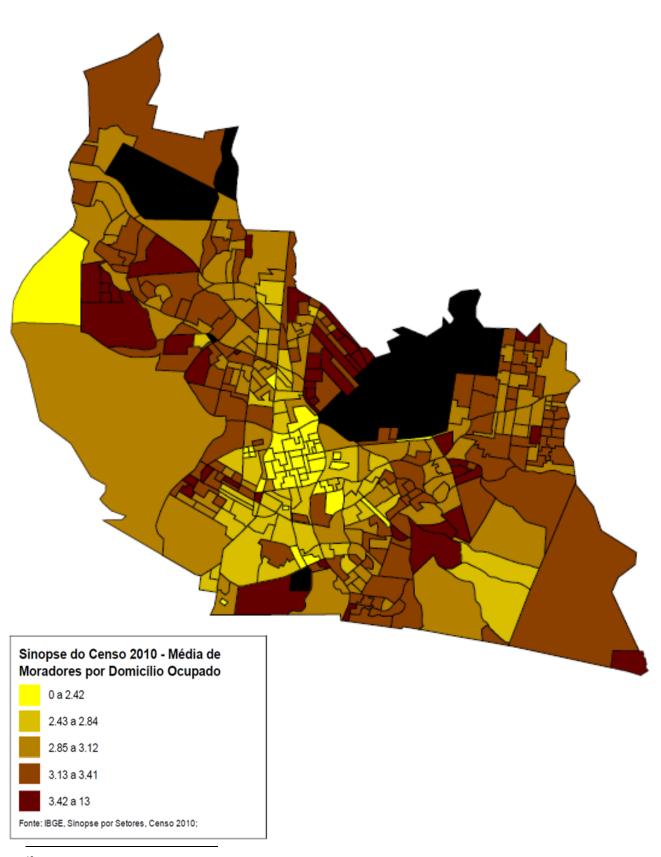
¹⁶ Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil (crianças com menos de um ano de idade) para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 12,4 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Mapa 2. Densidade demográfica por setor censitário 17



¹⁷ As áreas em preto não são habitadas ou não possuem dados.

Mapa 3. Média de moradores por domicílio ocupado por setor censitário 18



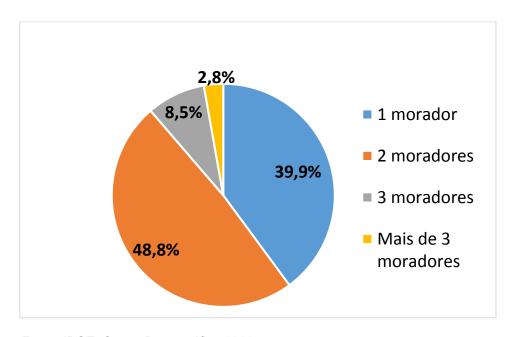
 $^{^{18}}$ As áreas em preto não são habitadas ou não possuem dados.

Quadro 2. Quantidade de domicílios particulares permanentes de acordo com número de moradores

Quantidade de domicílios particulares permanentes de acordo com número de moradores				
Número de moradores Número de domicílio				
Com 1 morador	28441			
Com 2 moradores	34729			
Com 3 moradores	6051			
Com mais de 3 moradores	2012			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 6. Percentual de domicílios particulares permanentes de acordo com densidade de moradores por dormitório



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

3. PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

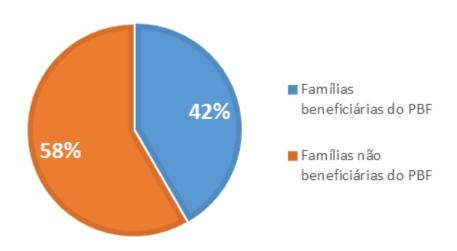
As informações contidas no Cadastro Único para os programas do Governo Federal apresentam especificidades relativas ao público da política de assistência social. Após a leitura das informações demográficas acima, é importante conhecer o perfil geral das famílias e pessoas com cadastro atualizado, pois elas conformam uma população em si, com suas características próprias a partir da perspectiva da assistência social, ou seja, representam a totalidade das pessoas que têm acesso ao Cadastro Único, instrumento primordial no conhecimento do público da Política de Assistência Social. Os primeiros dados apresentados se referem às *famílias*. A seguir, os dados serão sobre *pessoas*.

Quadro 3. Dados gerais das famílias com Cadastro Único atualizado

Famílias com Cadastro Único atualizado			
Cadastradas	15.829		
Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	6.363		
Em descumprimento das condicionalidades do PBF	164		

Fonte: Cadastro Único para o Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 7. Percentual de famílias com cadastro atualizado beneficiárias do PBF.



Seguindo os dados do Cadastro Único, há pelo menos 12.334 famílias que vivem com no máximo ½ salário mínimo por mês (cerca de R\$12,00 por dia em média no máximo). Isso equivale a 37.976 pessoas, o que corresponde a 17% da população do município. Dessas, 12.541 vivem com até R\$77,00 mensais *per capita*, o limite da extrema pobreza¹⁹. Isso significa que pelo menos 6% da população do município vive com até R\$2,57 por dia.

Tabela 3. Famílias com Cadastro Único atualizado e faixas de renda mensal per capita

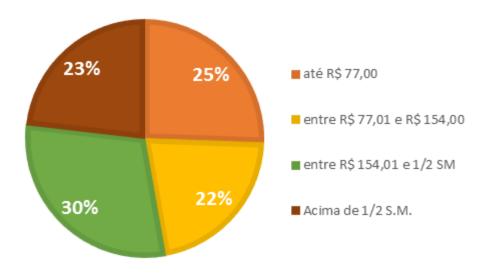
Faixas de renda mensal per capita	Nº de famílias	(%)
Até R\$77,00	4.356	27,5
Entre R\$77,01 até R\$154,00	3.300	20,8
Entre R\$154,01 até ½ S.M.	4.678	29,6
Total até ½ S.M.	12.334	77,9

Fonte: Cadastro Único para o Programas Sociais do Governo Federal

21

¹⁹ A pobreza, de acordo com faixas de renda *per capita*, está sub-representada, pois o Cadastro Único não é aplicado a toda população do município.

Gráfico 8. Percentual de famílias com cadastro atualizado de acordo com faixa de renda mensal *per capita*



Fonte: Fonte: Cadastro Único para o Programas Sociais do Governo Federal

Quadro 4. Dados gerais das pessoas com Cadastro Único atualizado

Informações das pessoas com Cadastro Único atualizado				
Pessoas cadastradas	44.109			
Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	22.167			
Pessoas do sexo feminino beneficiárias do PBF	13.029			
Pessoas do sexo masculino beneficiárias do PBF	9.138			
Pessoas beneficiárias de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência	2.133			
Pessoas beneficiárias de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos	1.953			

Quadro 5. Número de pessoas com Cadastro Único atualizado por bairro e região de abrangência dos CRAS

Bairro	Área de Abrangência do CRAS	Pessoas cadastradas (números absolutos)	Pessoas cadastradas (%)
PINHEIRO	CENTRO	514	1,2
SAO BORJA	CENTRO	1327	3,0
JARDIM AMERICA	CENTRO	497	1,1
CAMPESTRE	CENTRO	1115	2,5
SANTA TEREZA	CENTRO	1156	2,6
SANTO ANDRE	CENTRO	703	1,6
DUQUE DE CAXIAS	CENTRO	3043	6,9
MORRO DO ESPELHO	CENTRO	18	0,04
RIO BRANCO	CENTRO	399	0,9
SAO JOSE	CENTRO	36	0,1
PADRE REUS	CENTRO	20	0,05
FIAO	CENTRO	46	0,1
CRISTO REI	CENTRO	49	0,1
CENTRO	CENTRO	362	8,0
FEITORIA	LESTE	7360	16,7
RIO DOS SINOS	NORDESTE	2607	5,9
SANTOS DUMONT	NORDESTE	7678	17,4
ARROIO DA MANTEIGA	NORTE	4556	10,3
CAMPINA	NORTE	3196	7,2
SCHARLAU	NORTE	1958	4,4
BOA VISTA	NORTE	317	0,7
VICENTINA	OESTE	4328	9,8
SAO MIGUEL	OESTE	2575	5,8
SAO JOAO BATISTA	OESTE	249	0,6
TOTAL	MUNICÍPIO	44109	100,0

Gráfico 9. Percentual de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família no município



Fonte: Cadastro Único para o Programas Sociais do Governo Federal

Tabela 4. Pessoas e faixas de renda mensal *per capita* das pessoas com cadastro atualizado em São Leopoldo

Faixas de renda mensal per capita	Nº de pessoas	(%)
Até R\$77,00	12.541	28,4
Entre R\$77,01 até R\$154,00	11.386	25,8
Entre R\$154,01 até ½ S.M.	14.049	31,8
Total até ½ S.M.	37.976	86,1

4. HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Em relação às condições de moradia, a maioria dos domicílios são imóveis próprios e o material de revestimento mais utilizado é a alvenaria. O município apresenta também altos percentuais de domicílios com banheiro, esgotamento sanitário por rede geral, bem como alto percentual de domicílios cobertos por serviço de limpeza para coleta de lixo e rede geral para abastecimento de água.

Tabela 5. Número de domicílios particulares permanentes de acordo com a condição de ocupação do domicílio em 2010

Condição de ocupação do domicílio	Número de domicílios	(%)
Próprio	57755	43,69
Próprio já quitado	50282	38,04
Próprio em aquisição	7473	5,65
Alugado	9371	7,09
Cedido	3234	2,45
Cedido por empregador	311	0,24
Cedido de outra forma	2923	2,21
Outra condição	848	0,64
Total	132197	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tabela 6. Domicílios particulares permanentes de acordo com tipo de material das paredes externas

Tipo de material das paredes externas	Domicílios particulares permanentes	(%)
Alvenaria com revestimento	47586	66,8
Alvenaria sem revestimento	8030	11,27
Madeira aparelhada	13482	18,93
Não durável	2089	2,93

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tabela 7. Domicílios particulares permanentes de acordo com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário	Domicílios particulares permanentes	(%)
Tinham banheiro - rede geral de esgoto ou pluvial	55326	77,67
Tinham banheiro - fossa séptica	11349	15,93
Tinham banheiro - outro escoadouro	3718	5,22
Tinham sanitário - rede geral de esgoto ou pluvial	201	0,28
Tinham sanitário - fossa séptica	29	0,04
Tinham sanitário - outro escoadouro	241	0,34
Não tinham banheiro ou sanitário	368	0,52
Total	71233	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 10. Domicílios particulares permanentes de acordo com existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário – 2000/2010 (1.000 domicílios)

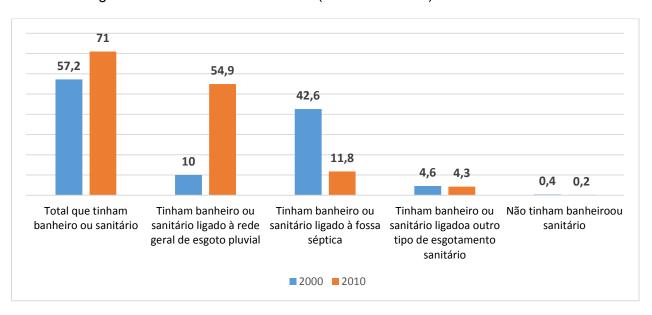


Tabela 8. Domicílios particulares permanentes de acordo com destino do lixo

Destino do lixo	Domicílios particulares permanentes	(%)
Coletado diretamente por serviço de limpeza	67312	94,5
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	3632	5,1
Outro	288	0,4

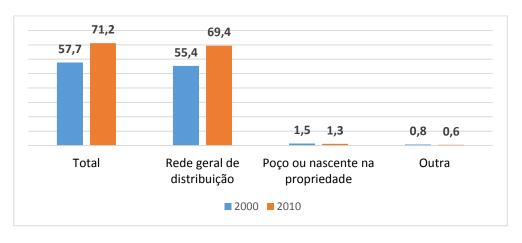
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tabela 9. Domicílios particulares permanentes de acordo com forma de abastecimento de água

Forma de abastecimento de água	Domicílios particulares permanentes	(%)
Rede geral	69376	97,43
Poço ou nascente na propriedade	1270	1,78
Poço ou nascente fora da propriedade	130	0,18
Carro-pipa	11	0,02
Água da chuva armazenada em cisterna	5	0,01
Água da chuva armazenada de outra forma	4	0,01
Rio, açude, lago ou igarapé	5	0,01
Total	71208	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 11. Domicílios particulares permanentes de acordo com forma de abastecimento de água – 2000/2010 (1.000 domicílios)



5. ASPECTOS DE ECONOMIA E DE EMPREGOS FORMAIS

Os gráficos a seguir mostram a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do município, sua taxa de crescimento, a distinção por setores econômicos que o compõe e, por fim, o PIB per capita. Houve um aumento considerável do PIB, conforme o gráfico 12. Em 2012, São Leopoldo ocupava o 142º lugar no ranking nacional e o 12º lugar no ranking estadual, sendo responsável por participar do PIB estadual em 1,65%.

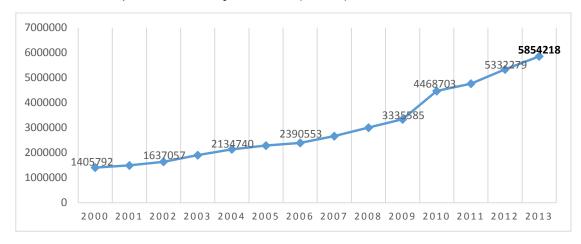


Gráfico 12. São Leopoldo e a evolução do PIB (R\$ mil)

Fonte: IBGE / FEE

Segundo o Boletim de Diagnóstico Socioterritorial para São Leopoldo organizado pelo MDS,

entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 44,4%, passando de R\$ 2.390,6 milhões para R\$ 4.125,6 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 61,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 1,52% para 1,63% no período de 2006 a 2010.

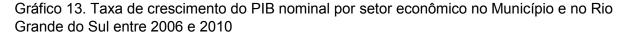
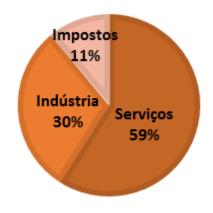




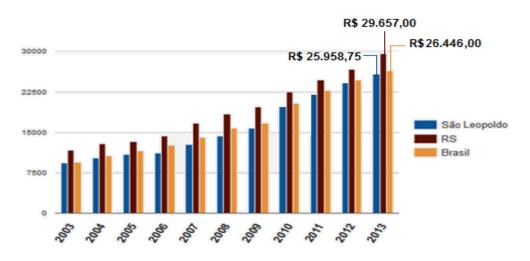
Gráfico 15. Participação dos setores econômicos no PIB do Município em 2010²⁰



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Em relação ao PIB *per capita*, que significa o total do PIB municipal dividido entre o número total de seus habitantes, expresso no gráfico 14, observamos que em 2013 São Leopoldo (R\$25.958,75) aparece abaixo dos valores do país (R\$26.446,00) e do estado (R\$29.657,00). Em 2012, São Leopoldo ocupava o 1004º lugar no ranking nacional e o 216º lugar no ranking estadual.

Gráfico 14. Evolução do PIB per capita de São Leopoldo (R\$)



Fonte: IBGE/FEE

 $^{^{20}}$ O setor agropecuário é responsável por cerca de 0,1% da participação no PIB, por isso sequer aparece no gráfico.

O PIB e o PIB *per capita* podem ser tomados para apreender aspectos do desenvolvimento econômico local, sendo o primeiro uma medida de produção e o segundo uma medida que pressupõe que a sociedade como um todo usufrui do aumento na produção²¹.

Além dos dados sobre o PIB, que dão uma ideia das potencialidades do município em termos econômicos e sociais, dados sobre emprego²² informam, mesmo que indiretamente, sobre a cobertura de proteção social (contributiva) e garantia de direitos. Além disso, podemos refletir sobre a necessidade de uma proteção social não contributiva, como a política de Assistência Social, uma vez que nem toda população tem assegurada seus direitos através de emprego formal e renda digna. Por outro lado, essas informações, aliadas a outras variáveis (remuneração média, escolaridade e gênero), expressam características do mercado de trabalho e do perfil dos trabalhadores, apontando para lacunas e necessidades que envolvam várias políticas setoriais e sociedade civil²³. De acordo com a tabela a seguir percebemos a queda gradual dos empregos formais no município.

Tabela 10. Vínculos empregatícios (números absolutos) segundo remuneração média entre 2010 e 2013 em São Leopoldo

Vínculos empregatícios					
Esiva da ramunaração		Anos			
Faixa de remuneração	2010	2011	2012	2013	
Até 1/2 SM	614	430	340	290	
De 1/2 a 1 SM	3338	2763	2789	2029	
Mais de 1 a 1,5 SM	18648	15540	16590	14964	
Mais de 1,5 a 2 SM	11128	11686	11855	12251	
Mais de 2 a 3 SM	12073	12343	12428	12616	
Mais de 3 a 4 SM	5953	6473	5949	6196	
Mais de 4 a 5 SM	3036	3449	3132	3322	
Mais de 5 a 7 SM	2768	3108	2923	3062	
Mais de 7 a 10 SM	1676	1792	1577	1751	
Mais de 10 a 15 SM	966	1106	1073	1155	
Mais de 15 a 20 SM	388	458	444	494	
Mais de 20 SM	480	530	473	458	
Não classificado	1272	1376	1612	1449	
TOTAIS	62340	61054	61185	60037	

Fonte: MTE/CAGED

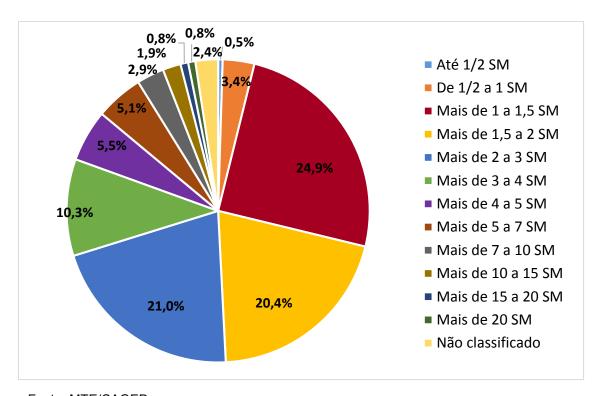
²¹ No capítulo 11 levantaremos algumas informações sobre distribuição de renda que auxiliam este debate.

²² Os dados sobre emprego correspondem a "vínculos empregatícios" que, segundo informações da RAIS, são relações de emprego estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado.

²³ Infelizmente não há pesquisas que ao mesmo tempo captem o trabalho informal e ofereçam dados sobre São Leopoldo especificamente.

O gráfico abaixo aponta para baixa remuneração média em grande parte dos empregos formais. Somando faixas de remuneração média, percebemos que quase a metade dos trabalhadores formais (49,2%) têm remuneração média de até dois salários mínimos. 31,3% têm remuneração média entre dois e quatro salários mínimo, enquanto apenas 17,1% têm remuneração média acima de 4 salários mínimos.

Gráfico 16. Percentuais de vínculos empregatícios segundo remuneração média em São Leopoldo em 2013



Fonte: MTE/CAGED

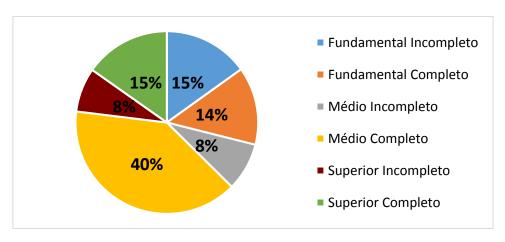
A tabela abaixo expressa uma evolução inversa: enquanto os vínculos de emprego formal em geral vêm diminuindo, os vínculos de emprego formal entre pessoas com alta escolaridade (ensino superior incompleto e completo). Ou aumentaram os postos para trabalhadores de nível superior (exigência de ensino superior pelo empregador) ou, com o aumento da escolaridade média da população, uma parcela dos empregos formais em geral vêm sendo ocupada por pessoas com ensino superior incompleto ou completo.

Tabela 11. Vínculos empregatícios (números absolutos) segundo escolaridade em São Leopoldo entre 2010 e 2013

Vínculos empregatícios				
Escolaridade	Anos			
Escolaridade	2010	2011	2012	2013
Analfabeto	133	58	54	44
Fundamental Incompleto	10790	10132	9561	9058
Fundamental Completo	9396	9092	9057	8291
Médio Incompleto	5844	5324	5389	5098
Médio Completo	24446	23911	24107	23712
Superior Incompleto	4514	4736	4630	4697
Superior Completo	7217	7801	8387	9137
Totais	62340	61054	61185	60037

Fonte: MTE/CAGED

Gráfico 17. Percentuais de vínculos empregatícios segundo escolaridade em São Leopoldo em 2013



Fonte: MTE/CAGED

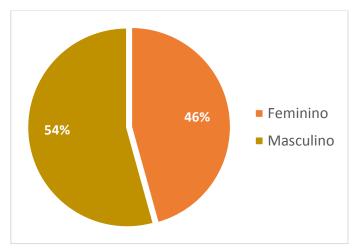
Em termos de vínculos empregatícios entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal, vemos uma inversão da proporção observada na sociedade. Enquanto 51,3% da população é composta de mulheres, apenas 46% representam as ocupações com vínculos empregatícios formais no mercado de trabalho.

Tabela 12. Vínculos empregatícios (números absolutos) segundo sexo em São Leopoldo entre 2010 e 2013

Nº de vínculos empregatícios				
Ano	Feminino	Masculino	Totais	
2010	28920	33420	62340	
2011	27881	33173	61054	
2012	28732	32453	61185	
2013	27436	32601	60037	

Fonte: MTE/CAGED

Gráfico 18. Proporção de homens e mulheres no mercado de trabalho formal em 2013 em São Leopoldo

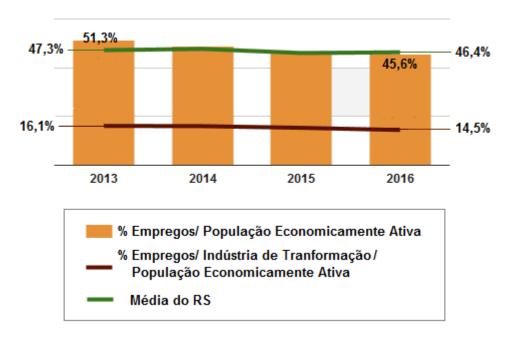


Fonte: MTE/CAGED

O gráfico abaixo expressa o percentual da população economicamente ativa (PEA)²⁴ que está inserida no mercado de trabalho formal. É possível verificar que no último período São Leopoldo ficou abaixo da média estadual. Em seguida, nas tabelas 13 e 14, podemos observar as variações por setores nos últimos anos.

²⁴ PEA é o conceito para a população entre 10 e 60 anos de idade que está ocupada, ou seja, inserida no mercado de trabalho ou que procura se inserir para exercer atividade remunerada. A parcela da população desempregada e que não busca empregos denomina-se População Economicamente Inativa.

Gráfico. 19. Evolução dos empregos formais em percentuais da população economicamente ativa em São Leopoldo



Fonte: MTE/CAGED

Tabela 13. Trabalho formal: número de empregos ativos em 2012 e 2013 por setor de atividade econômica

Empregos ativos					
Setores	2012	2013	Saldo	Variação (%)	
Extrativo mineral	21	20	-1	-4,76	
Indústria de transformação	17.636	18.188	552	3,13	
Serviços industriais de utilidade pública	860	952	92	10,70	
Construção Civil	1.993	1.953	-40	-2,01	
Comércio	11.789	11.925	136	1,15	
Serviços	24.626	22.606	-2.020	-8,20	
Administração Pública	4.146	4.269	123	2,97	
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	114	124	10	8,77	
Total	61.185	60.037	-1.148	-1,88	

Fonte: MTE/CAGED/FEE

Tabela 14. Variação do emprego por setor de atividade econômica entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014 (admissões e desligamentos)

Variação do emprego em 2014					
Setores	Total admissões	Total desligamentos	Saldo	Variação (%)	
Extrativo mineral	4	8	-4	-21,05	
Indústria de transformação	7.073	7.678	-605	-3,27	
Serviço industrial de utilidade pública	259	242	17	2,63	
Construção civil	2.040	1.872	168	8,36	
Comércio	8.754	8.869	-115	-0,96	
Serviços	12.979	12.518	461	2,06	
Administração pública	20	33	-13	-108,33	
Agropecuária	112	106	6	5,00	
Total	31.241	31.326	-85	-0,15	

Fonte: MTE/CAGED/FEE

6. ASPECTOS DE EDUCAÇÃO

Os dados a seguir buscam apresentar panorama da situação da população em relação a questões educacionais, através do Censo Demográfico de 2010. Mais adiante, com dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), teremos alguns dados que permitem vislumbrar metas atingidas e problemas a serem resolvidos. O problema educacional se expressa no âmbito da assistência social, pois se trata de um direito ao qual nem todos têm acesso ou têm acesso parcial. Além disso, tal tema se relaciona a outros, como desigualdade social e vulnerabilidade de renda que, por sua vez, estão implicados em situações de exclusão social e violência.

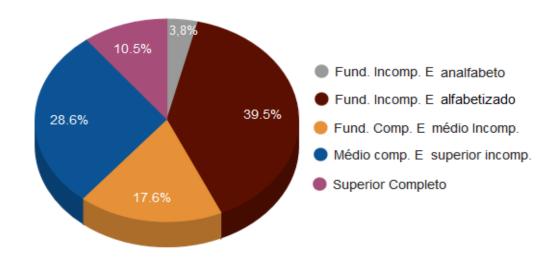


Gráfico 20. Escolarização da população de São Leopoldo em percentuais (2010)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 6. População analfabeta e porcentagem de pessoas analfabetas (com 15 anos ou mais)

População analfabeta com 15 anos ou mais de idade				
Total 5.254				
Porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais de idade	3,17			

Quadro 7. Taxa de analfabetismo entre pessoas de 10 a 17 anos de idade

Analfabetismo entre pessoas de 10 a 17 anos de idade				
Grupos de idade Taxa de analfabetismo (%)				
10 a 13 anos	1,4			
14 ou 15 anos	0,9			
16 ou 17 anos	0,8			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 8. Taxa de escolarização entre pessoas de 10 a 17 anos

Escolarização entre pessoas de 10 a 17 anos				
Grupos de idade Taxa de escolarização (%)				
10 a 13 anos	98			
14 ou 15 anos	93,7			
16 ou 17 anos	78,5			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 21. Percentual de crianças não atendidas na rede educacional segundo faixa etária em 2010

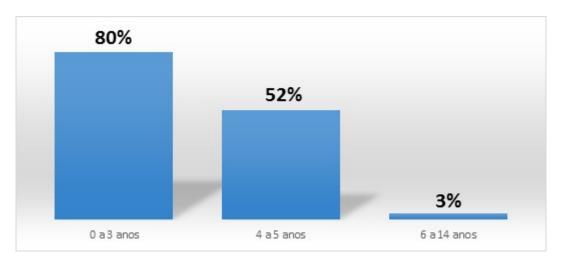


Tabela 15. Pessoas entre 10 e 17 anos que não frequentavam escola segundo sexo (números absolutos)

Idade	Homens	Mulheres	Total
10 a 13 anos	147	147	293
14 ou 15 anos	203	257	460
16 ou 17 anos	889	713	1.603

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tabela 16. Pessoas entre 10 e 17 anos que não frequentavam escola segundo raça/etnia (números absolutos)

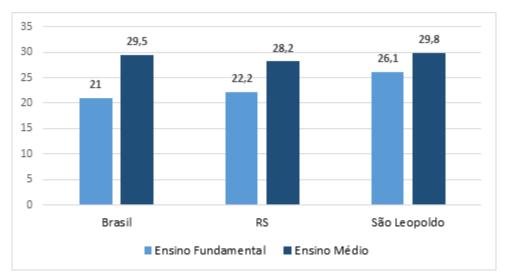
ınca Preta ou pa	rda Total
38 105	293
118	460
37 366	1.603
	38 105 3 118

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

O gráfico abaixo mostra que São Leopoldo tem pior desempenho em termos de distorção idade-série²⁵ se comparado tanto ao Rio Grande do Sul quanto ao Brasil, especialmente em relação ao Ensino Fundamental.

²⁵ Este indicador utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Gráfico 20. Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em 2013 no país, no estado e no município



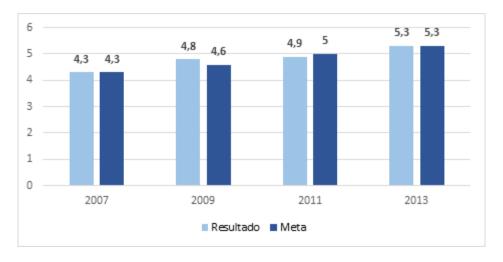
Fonte: INEP/MEC

Esses dados, ainda que não expressem quantos anos de defasagem escolar representa a distorção, apontam para a alta incidência de pessoas que conformam parte do público prioritário estabelecido para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da política de assistência social. A distorção idade-série pode ser resultado de repetência ou interrupção dos estudos, podendo também causar evasão escolar. Considerando apenas o ensino público (onde se encontra majoritariamente o público prioritário da assistência social), as taxas de distorção idade-série para os ensinos Fundamental e Médio chega a 28,3% e 36,6% respectivamente.

Os gráficos a seguir, por sua vez, tratam da qualidade do ensino e da formação em escolas. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁶ mostram que o município teve desempenho desejado referente às metas para a 4ª série/ 5º ano, enquanto para o fim do Ensino Fundamental, 8ª série/ 9º ano, o desempenho piora desde 2009, se distanciado da meta para 2013. Para 2015, a meta estabelecida é de 5,5 para a 4ª série/ 5º ano e 4,6 para a 8ª série/ 9º ano.

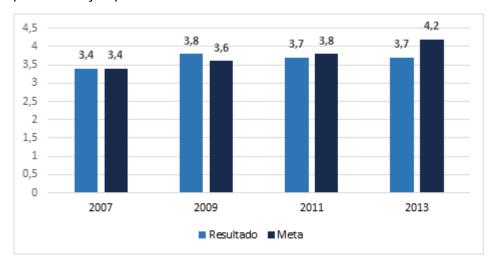
²⁶ O IDEB foi criado pelo Inep em 2007 reúne em um só indicador dois conceitos relativos a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Mais informações em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>

Gráfico 23. Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município para educação pública – 4ª série/5º ano



Fonte: INEP/MEC

Gráfico 24. Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município para educação pública – 8ª série/9º ano



Fonte: INEP/MEC

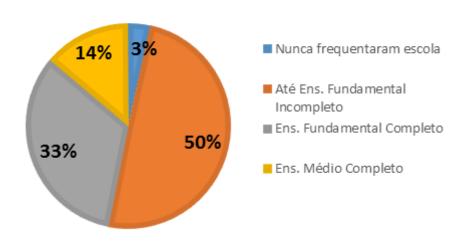
A fim de refletir sobre o público mais próximo das políticas de assistência social, considerando o grau de escolaridade como indicador de vulnerabilidade social, abaixo seguem informações sobre as pessoas adultas com Cadastro Único atualizado. É relevante observar que apenas 14% têm Ensino Médio completo.

Quadro 9. Grau de escolaridade entre adultos com Cadastro Único atualizado em números absolutos

Escolaridade entre adultos com Cadastro Único atualizado				
Grau de escolaridade	Número de pessoas			
Nunca frequentaram escola	836			
Até Ens. Fundamental Incompleto	11878			
Ens. Fundamental Completo	7909			
Ens. Médio Completo	3281			
Ens. Superior Completo	29			

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 25. Grau de escolaridade entre adultos com cadastro atualizado (%)



Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

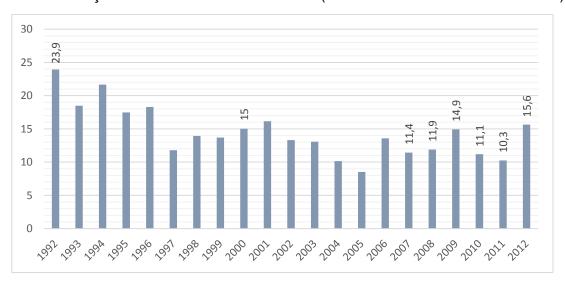
Por fim, abaixo temos os dados em números absolutos de 2010 sobre o pequeno percentual da população no município que acessa o ensino superior (6,1%). A despeito do problema do acesso ao ensino superior, esses dados nos informam sobre a capacidade de trabalho especializado da cidade.

Tabela 17. Pessoas com formação de nível superior por áreas gerais de formação do curso de nível mais elevado concluído (números absolutos)

Nível de instrução mais elevado concluído	Superior	Mestrado	Doutorado
Educação	2362	43	50
Humanidades e artes	984	96	130
Ciências sociais, negócios e direito	5216	258	110
Ciências, matemática e computação	950	54	39
Engenharia, produção e construção	1327	98	46
Agricultura e veterinária	99	-	-
Saúde e bem-estar-social	1558	100	8
Serviços	144	10	-
Área de formação mal-especificada	461	27	13
Total	13101	685	396

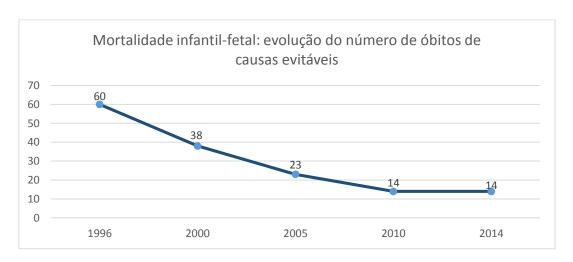
7. ASPECTOS DE SAÚDE

Gráfico 26. Evolução da taxa de mortalidade infantil (número a cada 1000 nascidos vivos)



Fonte: IBGE / FEE

Gráfico 27. Mortalidade infantil-fetal: evolução do número de óbitos de causas evitáveis²⁷ em São Leopoldo

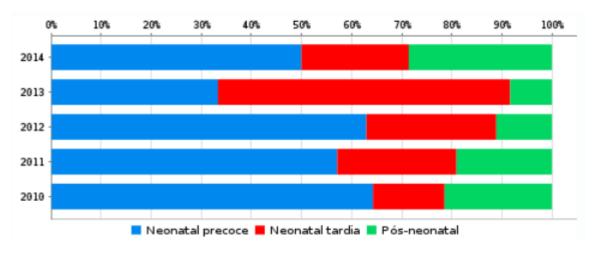


Fonte: DATASUS

_

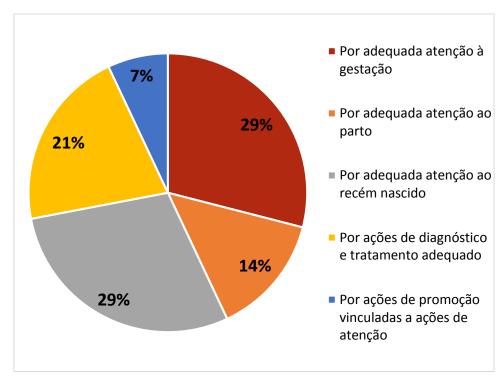
²⁷ Segundo definições do Sistema Único de Saúde (SUS), as causas evitáveis são: "ações de imunoprevenção", "adequada atenção à gestação, parto, feto e recém-nascido", "adequada atenção à mulher em gestação", "adequada atenção à mulher no parto", "adequada atenção ao feto e ao recém-nascido, "ações de diagnóstico e tratamento adequadas", "ações de promoção à saúde vinculadas às ações de atenção", "causas de morte mal definidas".

Gráfico 28. Número de óbitos infantil-fetal de causas evitáveis segundo grupo entre 2010 e 2014



Fonte: Sistema de Informações de Natalidade/DATASUS

Gráfico 29. Número de óbitos infantil-fetal por tipo de evitabilidade em São Leopoldo em 2014



Fonte: Sistema de Informações de Natalidade/DATASUS

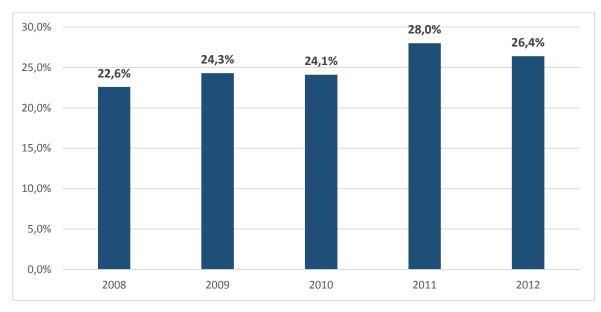
O Gráfico abaixo expressa a média da taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos no município e no estado. Em número absolutos, foram 36 mulheres morreram no município, de 1.996 a 2.013. Embora o número pareça baixo, ele corresponde a um alto índice.

Gráfico 30. Média da taxa de mortalidade materna no município a cada 100 mil nascidos vivos entre 2000 e 2013



Fonte: MS/ DATASUS

Gráfico 31. Evolução do percentual de cobertura da população estimada pelas equipes de Atenção Básica em Saúde em São Leopoldo



Fonte: MS/ DATASUS

8. INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

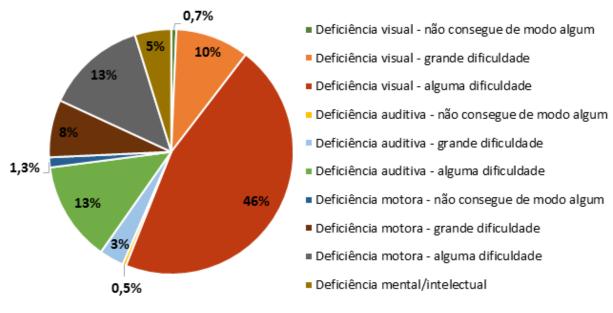
As informações a seguir apresentam a quantidade de pessoas com deficiência de acordo com o tipo de deficiência permanente verificada em 2010, assim como a distribuição percentual.

Quadro 10. População por tipo de deficiência permanente

População por tipo de deficiência permanente				
Tipo de deficiência	Número de pessoas			
Deficiência visual - não consegue de modo algum	418			
Deficiência visual - grande dificuldade	6054			
Deficiência visual - alguma dificuldade	28322			
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	289			
Deficiência auditiva - grande dificuldade	2015			
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	8186			
Deficiência motora - não consegue de modo algum	824			
Deficiência motora - grande dificuldade	4707			
Deficiência motora - alguma dificuldade	8265			
Deficiência mental/intelectual	2990			
Total	62070			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 32. Distribuição percentual das pessoas com deficiência segundo tipo de deficiência permanente



9. DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bemestar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

9.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)²⁸

Ao invés de mensurar o desenvolvimento da população pelo PIB *per capita*, que considera apenas o dado econômico, o IDH possibilita visualizar o desenvolvimento humano com base em três fatores: educação, saúde e renda. Em 2010, último ano em que a pesquisa de IDH foi realizada em municípios, São Leopoldo ocupava a 159ª posição no ranking estadual (entre 496 municípios) e a 795ª posição no ranking nacional (entre 5.565 municípios). Para visualização do IDH Municipal, apresentamos a tabela abaixo. Para fins de comparação, após, apresentamos um gráfico.

Tabela 18. IDH Municipal e componentes em São Leopoldo.

Anos	1991	2000	2010
IDHM Geral	0,543	0,656	0,739
IDHM Educação	0,327	0,482	0,612
* % de 18 anos ou mais com ensino fundamental	34,87	45,58	59,93
* % de 5 a 6 anos na escola	28,43	47,79	68,38
* % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	53,50	72,63	87,76
* % de 15 a 17 anos com fundamental completo	26,25	47,47	52,02
* % de 18 a 20 anos com médio completo	18,59	29,93	39,51
IDHM Longevidade	0,715	0,806	0,861
Esperança de vida (em anos)	67,91	73,35	76,65
IDHM Renda	0,684	0,725	0,766
Renda <i>per capita</i>	565,03	729,32	939,93

Fonte: PNUD, IPEA, FJP

-

²⁸ "O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser". Para mais informações, ver http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx.

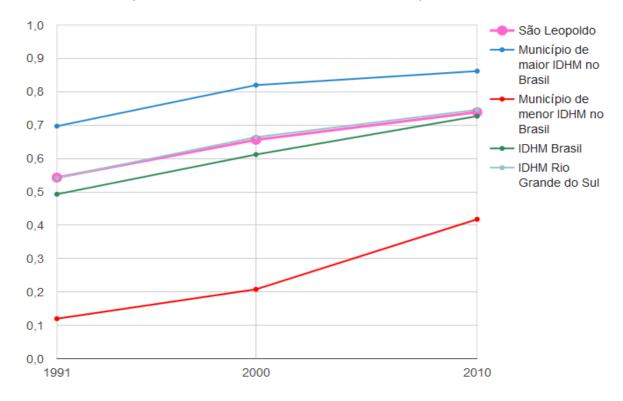


Gráfico 33: Evolução do IDHM de São Leopoldo em comparação

Fonte: PNUD, IPEA, FPJ.

9.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE - FEE)

O IDESE²⁹ é um indicador-síntese que visa de mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios do RS com base em 12 indicadores divididos em três blocos: educação, saúde e renda. Como esse índice possui mais indicadores que aqueles definidos pelo IDH, ele possibilita maior visualidade das condições de vida da população.

Segundo o índice, São Leopoldo ocupa a 265ª colocação geral no ranking gaúcho com **0,694**. Quanto ao índice da Educação, ocupa a 338ª colocação. Quanto ao índice de Saúde, ocupa a 397º colocação. E quanto ao índice de renda, ocupa a 120ª colocação. Para termos de comparação, Carlos Barbosa, a 1ª colocada no ranking, possui Idese de 0,848,

_

²⁹ O bloco Educação é composto por: (1) taxa de matrícula em pré-escola; (2) Notas na Prova Brasil do 5º e (3) notas na Prova Brasil do 9º ano; (4) taxa de matrícula no ensino médio; (5) percentual da população adulta com pelo menos ensino fundamental completo. O bloco Saúde é composto por: (6) taxa de mortalidade de menores de 5 anos e (7) número de consultas pré-natal por nascidos vivos; (8) taxa de mortalidade por causas inevitáveis e (9) proporção de óbitos por causa mal definidas; (10) taxa bruta de mortalidade padronizada. O bloco Renda é composto por: (11) renda domiciliar *per capita* média; (12) PIB *per capita*. Para mais informações sobre o índice ver http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>

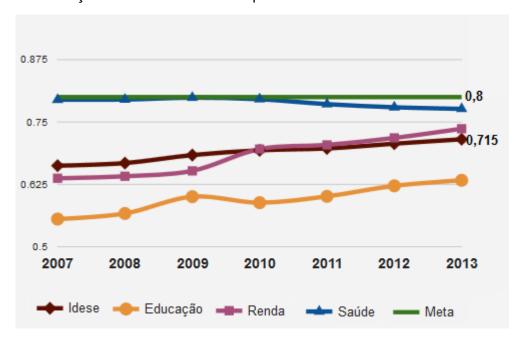
enquanto Novo Hamburgo e Canoas – cidades também de grande porte da região metropolitana de Porto Alegre – possuem, respectivamente, índices de 0,719 e 0,737.

Tabela 19. Evolução do IDESE geral e por áreas do Município

Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Idese geral	0,664	0,67	0,687	0,694	0,697	0,707	0,715
Idese Educação	0,559	0,572	0,61	0,602	0,611	0,622	0,633
ldese Renda	0,643	0,648	0,659	0,689	0,704	0,718	0,737
ldese Saúde	0,79	0,79	0,793	0,79	0,786	0,78	0,776

Fonte: FEE

Gráfico 34. Evolução do IDESE em São Leopoldo



Fonte: FEE

10. SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública se relaciona à Política de Assistência Social. A presença do tráfico de drogas e sua associação com a violência nas periferias da cidade, expressa a localização de muitas violações de direitos, incluindo comumente o direito à vida de pessoas jovens pobres e negras, nos territórios com expressivas vulnerabilidades sociais. É o que aponta de maneira dramática o livro *Desvelando percepções de uma realidade: o extermínio de adolescentes e jovens*³⁰, do O PROAME CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (São Leopoldo – RS). O gráfico abaixo mostra, em 13 anos, um aumento de 10 vezes no número de ocorrências relacionadas ao tráfico.

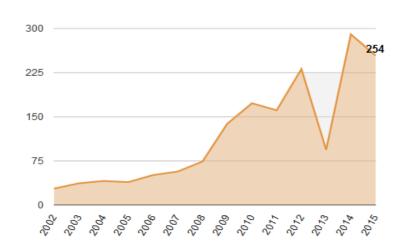


Gráfico 35. Ocorrências de tráfico de drogas em São Leopoldo

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Agenda 2020

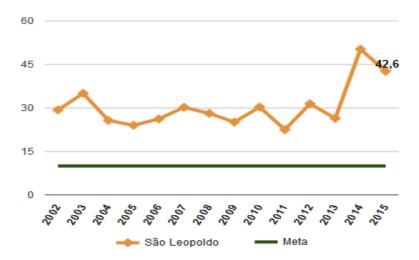
O número de ocorrências de homicídios no município foi de 42,6 a cada 100 mil habitantes em 2015. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), quando temos números acima da marca de 10 homicídios por 100 mil habitantes, podemos considerar o fenômeno como uma epidemia. Nos últimos dez anos houve aumento de mais de 60% nas ocorrências em São Leopoldo, conforme o gráfico a seguir.

por meio do Programa Petrobras Socioambiental.

50

³⁰ O livro foi desenvolvido em parceria com a Faculdade EST (São Leopoldo – RS) e integra as ações do Projeto Comunidade Ativa, executado pelo PROAME CEDECA com o patrocínio da KinderNotHilfe (KNH) e da Petrobras,

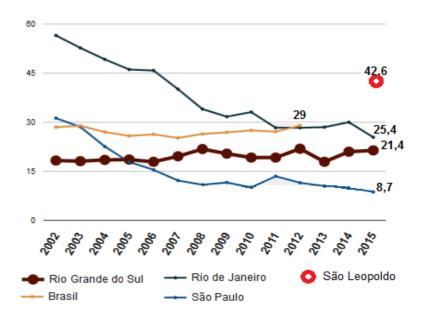
Gráfico 36. Taxa de homicídios: homicídios a cada 100 mil habitantes por ano



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul

Para se ter uma ideia da gravidade, acrescentamos o gráfico abaixo que possibilita uma série de comparações com as taxas de homicídio no país, no estado e em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. O fenômeno parece ser regional, pois as taxas em Porto Alegre e Canoas, respectivamente, são de 39,4 e 38,1.

Gráfico 37. Taxa de homicídios: comparação entre taxas de homicídios a cada 100 mil habitantes por ano



Fonte: SSP-RS, Mapa da Violência.

11. ASPECTOS DE RENDIMENTO E DESIGUALDADE

Atualmente, a pobreza é entendida como um fenômeno multidimensional, dizendo respeito a várias formas de privação ou limitação para o desenvolvimento das capacidades humanas. A ausência de serviços públicos de educação ou saúde e a falta de acesso a direitos de cidadania compõem esse quadro. Contudo, para fins de medição, a pobreza é tomada pela sua variável econômica. A vulnerabilidade relativa à renda é importante, pois tem como consequência o risco à manutenção da própria vida. Contudo, a pobreza não é um fenômeno em si e pode ser relacionada tanto às estruturas de desenvolvimento econômico, que freiam o aumento da renda em geral, quanto à má distribuição da renda. Começaremos apresentando a renda *per capita* média.

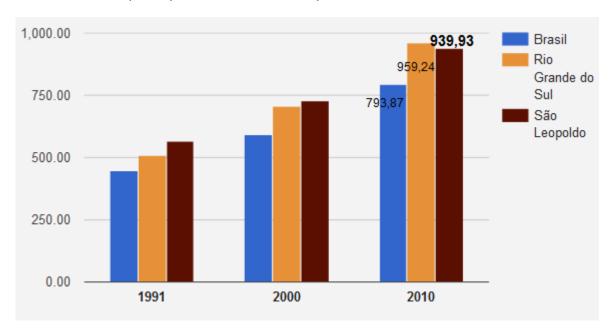


Gráfico 38. Renda per capita média de São Leopoldo

Fonte: PNUD, IPEA, FPJ

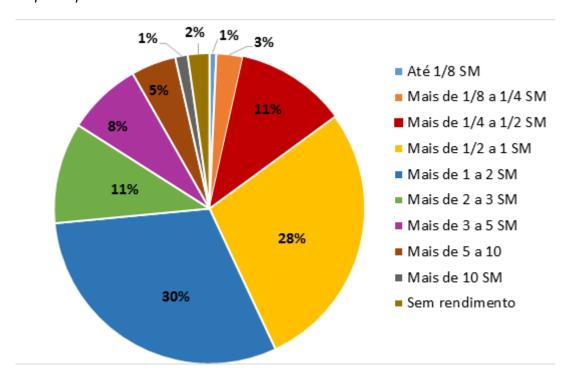
Abaixo temos uma tabela e um gráfico que expressam a distribuição de renda no município pela relação entre os domicílios particulares permanentes e o rendimento mensal *per capita*.

Quadro 11. Número de domicílios particulares permanentes de acordo com rendimento mensal *per capita* em 2010

Domicílios particulares permanentes de acordo com rendimento mensal per capita				
Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i>	Domicílios particulares permanentes			
Até 1/8 de salário mínimo	507			
Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	1966			
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8148			
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19961			
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21683			
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7494			
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5559			
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3355			
Mais de 10 salários mínimos	937			
Sem rendimento	1598			
Total	71208			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 39. Percentual de domicílios particulares permanentes de acordo com rendimento mensal *per capita* em 2010



Na tabela abaixo temos a quantidade de pessoas que expressam demanda possível por serviços socioassistenciais devido a vulnerabilidade de renda. De acordo com o Cadastro Único, entre as pessoas que contam com renda familiar *per capita* até ½ salário mínimo, quase metade são crianças ou adolescentes (49,5%), enquanto 46,8% são adultos e 3,7% são adultos idosos.

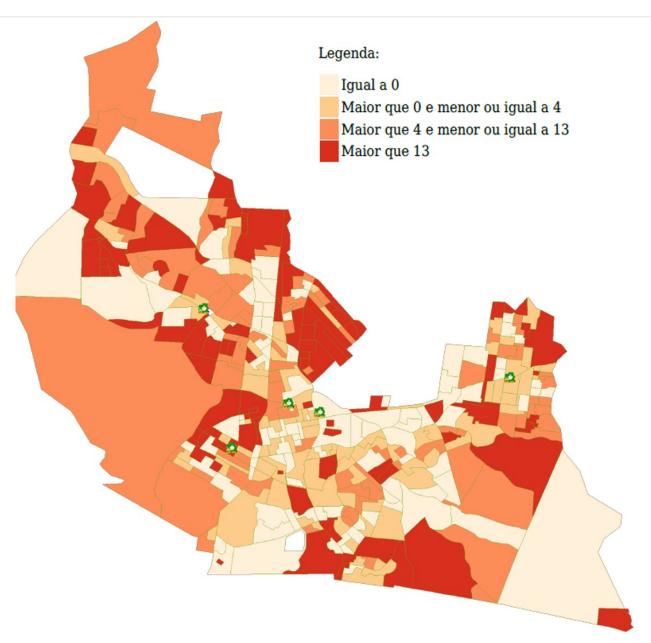
Tabela 20. Distribuição da população por faixas-etárias (em números absolutos e percentuais) com Cadastro Único atualizado com renda familiar *per capita* até ½ salário mínimo.

Faixa etária	Renda <i>per</i> capita até ½ S.M.	Renda <i>per</i> capita até ½ S.M. (%)
0 – 6 anos	5793	15,3
7 – 15 anos	10772	28,4
16 e 17 anos	2234	5,9
18 – 24 anos	3919	10,3
25 – 59 anos	13847	36,5
60 anos ou mais	1409	3,7
TOTAL	37974	100

Fonte: Cadastro Único para os Programas do Governo Federal

O mapa a seguir expressa a distribuição da população em situação de extrema pobreza em 2010, isto é, com rendimento nominal, em valores atualizados, de até 77 reais *per capita*. Esse mapa permite avaliar as zonas de concentração da extrema pobreza a partir dos setores censitários do IBGE.

Mapa 4. População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal *per capita* de até 70 reais



Fonte: MDS/IBGE

Considerando a questão o aspecto da renda, por outro lado, o Índice de Gini é um importante instrumento, pois mede a distribuição de renda, não o nível de pobreza de dada população ou de riqueza geral de uma sociedade. Diferentemente do PIB, que explicita dados econômicos sem considerar distribuição de renda, esse índice demonstra a distância entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, onde zero (0) representa uma situação de igualdade perfeita e um (1) significa a concentração máxima de renda. Portanto, quanto menor o índice, menor a desigualdade.

Evolução do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* em São Leopoldo

0,555

0,552

0,545

0,545

0,535

0,535

0,535

1991

2000

2010

Gráfico 40. Evolução do Índice de Gini da renda domiciliar per capita em São Leopoldo

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

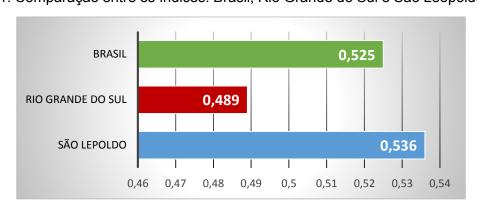


Gráfico 41. Comparação entre os índices: Brasil, Rio Grande do Sul e São Leopoldo em 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Brasil possuía um índice de 0,525, enquanto o Rio Grande do Sul, 0,489. Já o município de São Leopoldo possuía um índice de Gini de 0,536. Em 2010, o município era mais desigual que o país e o estado, ocupando a 415ª colocação no ranking do estado (entre 496 municípios) e a 3.890ª colocação

no ranking nacional (entre 5.565 municípios)³¹. Para representar em termos de renda essa desigualdade, as duas tabelas abaixo mostram a distância entre os mais ricos e os mais pobres ao longo do tempo. Enquanto a primeira tabela mostra uma significativa diminuição da pobreza e da extrema pobreza, a segunda tabela mostra apenas uma tímida diminuição no que se refere ao percentual de renda apropriada pelos 20% mais ricos.

Tabela 21. Evolução da média de renda, pobreza e extrema pobreza em São Leopoldo

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> média	R\$ 565,03	R\$ 729,32	R\$ 939,93
% de extremamente pobres	4,82	2,89	1,62
% de pobres	17,26	11,64	5,96

Fonte: PNUD, IPEA, FJP

Tabela 22. Evolução da porcentagem da renda apropriada por estratos da população em São Leopoldo

	1991	2000	2010
80% mais pobres	40,1%	40,5%	42,2%
20% mais ricos	59,9%	59,5%	57,8%

Fonte: PNUD, IPEA, FJP

Ao problema da desigualdade relacionada a classe social e seus rendimentos, outras dimensões sociais influem direta ou indiretamente sobre a manutenção do problema da distribuição de renda e, assim, da manutenção da pobreza. Essas dimensões se relacionam

³¹ Os índices do Brasil e do Rio Grande do Sul foram revistos pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) e atualmente são respectivamente de 0,495 e 0,465. Segundo a tendência nacional e estadual, é provável que o índice tenha caído também em São Leopoldo. No entanto, devido ao cálculo da amostragem da PNAD, não é possível fazer inferências sobre a desigualdade nos municípios.

ao grau de escolaridade, à raça/etnia, à sexo/gênero, à deficiência e à idade. Os quadros, tabelas e gráficos a seguir buscam explicitar essas relações.

Quadro 12. Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade do domicílio, ocupadas na semana de referência de acordo com nível de instrução na semana de referência da pesquisa em 2010

Valor do rendimento nominal médio mensal de acordo com nível de instrução		
Nível de instrução	Valor (R\$)	
Sem instrução e fundamental incompleto	818,9	
Fundamental completo e médio incompleto	946,01	
Médio completo e superior incompleto	1409,36	
Superior completo	3509,22	
Não determinado	990,12	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tabela 23. Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por raça ou cor, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$) em 2010

Cor ou raça	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Sem instrução e fundamental incompleto	865,03	666,23	650,00	700,22	280,18
Fundamental completo e médio incompleto	981,04	799,97	952,2	814,74	1482,63
Médio completo e superior incompleto	1438,29	1275,83	974,14	1179,98	715,94
Superior completo	3533,18	2286,03	8569,26	2898,62	-
Não determinado	994,43	-	-	900,00	-
Média	1562,39	1257,02	2786,40	1298,71	826,25

Quadro 13. Valor do rendimento nominal médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$) em 2010

Valor do rendimento nominal médio mensal por sexo			
Nível de instrução	Sexo		
Mivel de llistiação	Homens	Mulheres	
Sem instrução e fundamental incompleto	961,36	624,33	
Fundamental completo e médio incompleto	1.065,64	790,8	
Médio completo e superior incompleto	1.708,32	1.057,68	
Superior completo	4.529,94	2.683,19	
Não determinado	1.278,99	636,49	
Média	1.908,85	1.158,50	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 42. Composição da população municipal segundo cor ou raça

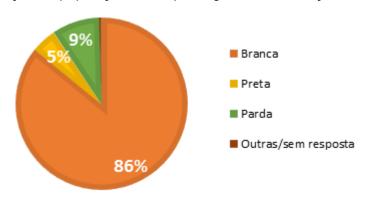
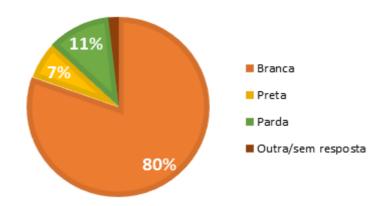


Gráfico 43. Composição da população municipal segundo raça ou cor entre pessoas com renda familiar mensal *per capita* até ½ salário mínimo com cadastro atualizado (linha que define a situação de baixa-renda).



Fonte: Cadastro Único para o Programas Sociais do Governo Federal

De acordo com a comparação entre os gráficos acima, podemos perceber que a pobreza incide, proporcionalmente, mais sobre a população preta e parda. Segundo o Censo do IBGE de 2010, pessoas pretas e pardas representavam, juntos, 14% da população. Porém, quando observamos a mesma variável (cor ou raça) entre as pessoas com renda familiar mensal *per capita* até ½ salário mínimo com cadastro atualizado, o número sobe para 18%. Se o problema racial não tivesse relação com a desigualdade e a pobreza, os percentuais seriam iguais. Tal disparidade se confirma se considerarmos o Censo Demográfico de 2010, conforme tabela abaixo.

Quadro 14. Valor médio do rendimento mensal total nominal, por cor ou raça (R\$)

Valor médio do rendimento mensal total nominal		
Cor ou raça	Valor médio (R\$)	
Branca	1374	
Preta	921	
Parda	879	
Amarelo	3959	
Indígena	811	

Além do problema étnico-racial relacionado à desigualdade social, temos a desigualdade referente a sexo/gênero. Conforme o gráfico abaixo, os homens com cadastro atualizado que possuem remuneração ganham, em média, R\$379,00 a mais que as mulheres (maioria cadastrada).

R\$ 454

R\$ 833

Gráfico 44. Remuneração média por sexo das pessoas com cadastro atualizado

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

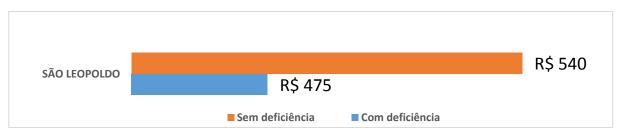
Isso significa que o rendimento de todos os trabalhos das mulheres cadastradas no Cadastro Único é 54,5% do recebido pelos homens cadastrados. Dados do Censo Demográfico de 2010 também revelam essa realidade. No gráfico abaixo, temos a razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens, considerando a população total do município. A razão expressa o percentual de rendimento das mulheres quando comparado ao rendimento dos homens. Em São Leopoldo, o rendimento de todos os trabalhos das mulheres era 68,8% do recebido pelos homens.

Gráfico 45. Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens (%)



Outro elemento importante para entendermos algumas especificidades da desigualdade e da pobreza, é a diferença de remuneração entre pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência. Podemos perceber a disparidade conforme o gráfico abaixo.

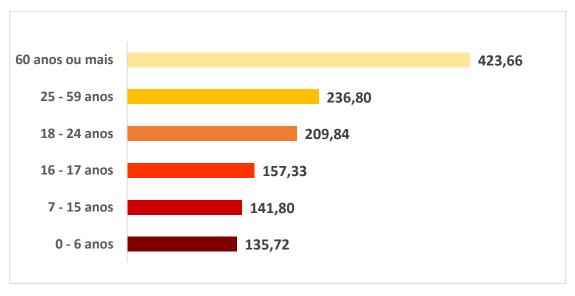
Gráfico 46. Comparação da remuneração média de pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência



Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Além das características da pobreza e desigualdade apresentadas acima, há um elemento relativo à idade. Quando isolamos certas faixas etárias e observamos as médias de renda familiar *per capita* com que contam as pessoas, podemos perceber como a pobreza, entre as pessoas com Cadastro Único atualizado, incide mais fortemente quando as essas são mais jovens. Assim, conforme o gráfico abaixo, visualizamos a correlação entre pobreza e infância e adolescência, o que reforça a importância da proteção à criança e ao adolescente no âmbito da política de assistência social.

Gráfico 47. Média da renda familiar *per capita* de acordo com faixa etária (R\$) da população com Cadastro Único atualizado



Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

12. DADOS DE AMEAÇA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, havia 891 pessoas entre 10 e 15 anos de idade em situação de trabalho infantil³². Considerando que em 2000 havia 759 pessoas nessa situação, houve um aumento de 17,26%. O gráfico abaixo detalha por idade e sexo o perfil das pessoas em situação de trabalho infantil.

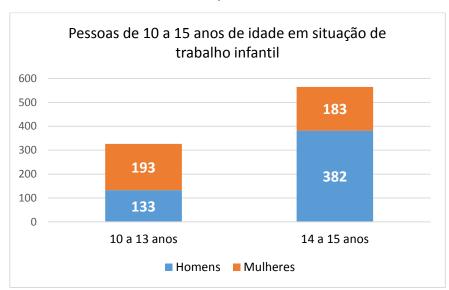


Gráfico 48. Número de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos em situação de trabalho infantil na semana de referência em São Leopoldo em 2010

Fonte: IBGE

No âmbito da ameaça e violação de direitos, dispomos dos dados gerados pelos casos atendidos pelas equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Leopoldo. O CREAS divide-se em quatro equipes responsáveis por serviços distintos, atuando em quatro linhas de defesa de direitos e enfrentamento a violações dos mesmos. Esses serviços são: o Serviço de Proteção Social Especial da Média Complexidade para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias (PCDIF), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço de Abordagem Social (SEAS) e o do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Assim, os

³² Segundo nota técnica do estudo, "entende-se por trabalho infantil aquele que não se enquadra nas condições definidas na legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas de menos de 18 anos de idade". Para mais informações, ver

http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalhoinfantil/Trabalho%20Infantil%20-%20Notas%20tecnicas.pdf

casos atendidos de acordo com o serviço que atende revelam as características dos grupos sociais com violações de direitos

O PCDIF atende a famílias com pessoas com deficiência e idosos(as) com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. O MSE provém atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente, de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à comunidade (PSC). O SEAS tem por finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, buscando a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Por fim, o PAEFI é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, objetivando a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Os casos atendidos por cada uma das equipes, que correspondem à ocorrência registrada e atendida³³ de ameaças ou violações de direitos, se distribui no município conforme o gráfico a seguir.

Tabela 24. Casos atendidos pelas equipes do CREAS/São Leopoldo no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Nº de casos conforme regiões de abrangência dos CRAS

Serviço	Centro	Leste	Nordeste	Norte	Oeste	Município
PCDIF	24	14	12	23	14	87
MSE	25	21	29	20	19	114
SEAS	171	5	16	22	7	221
PAEFI	27	13	14	20	15	89

Fonte: CREAS/SEDES - São Leopoldo/RS

³³ Obviamente, por falta de outros meios para levantamento de dados, contamos com as informações de casos registrados e atendidos, o que não corresponde à ocorrência de ameaças e violações de direitos.

Enquanto as informações da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que expressa dados sobre ameaça ou violações de direitos, os serviços de Alta Complexidade informam sobre pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. O Centro de Referência para População em Situação de Rua (CREPAR) abriga para pernoites *entre 30 e 40 pessoas*. O Acolhimento Institucional para Idosos, Lar São Francisco de Assis, por sua vez, abriga *36 pessoas*. A seguir, apresentamos os dados de acolhimento institucional no município para crianças e adolescentes.

Quadro 15. Crianças e adolescentes em acolhimento institucional em 2015

Pessoas em Acolhimento Institucional		
Público	Média mensal	
Crianças	46	
Adolescentes	54	
TOTAL	100	

Fonte: Departamento de Programas e Projetos de Proteção Social Especial/SEDES - São Leopoldo/RS

Quadro 16. Distribuição das crianças e adolescentes em acolhimento institucional em 2015 de acordo com instituições que ofertam o serviço³⁴

Acolhimento Institucional		
Instituição	Média mensal	
Casa de Acolhimento	19	
APRAMOR	16	
Clara Francisco	18	
Casa Aberta	46	
TOTAL	100	

Fonte: Departamento de Programas e Projetos de Proteção Social Especial/SEDES - São Leopoldo/RS

³⁴ A instituição Casa de Acolhimento é pública e faz parte da estrutura administrativa da SEDES. As demais são instituições privadas que compõem a rede socioassistencial.

65

13. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (DADOS DE CADASTROS A PARTIR DE 2012)

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. Por esse motivo, é bastante difícil encontrar e mapear essa população. Em 2010 a equipes do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) realizou uma pesquisa na qual encontrou 102 pessoas em situação de rua. De lá para cá, os dados que dispomos advêm do Cadastro Único.

Quadro 17. População em situação de rua cadastrada no Cadastro Único

Pessoas em situação de Rua		
Cadastrados	77	
Beneficiários do PBF	48	

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Das 77 pessoas cadastradas, 52 afirmaram dormir na rua e 57, em albergue, o que mostra a dinâmica e a não estabilidade, uma vez que os pernoites se alternam entre rua, albergue e outros locais. Além disso, algumas características apontadas pelo Cadastro Único nos auxiliam a conhecer um pouco mais o perfil dessa população:

- 5 são pessoas com deficiência;
- 10 não sabem ler e escrever;
- 4 nunca frequentaram escola;
- 65 possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto;
- 8 dormem em domicílio particular;
- 4 vivem com sua família na rua;
- 60 já tiveram trabalho com carteira assinada,
- 48 apenas afirmaram terem sido atendidos por instituição governamental.

A seguir, outras características dessa população são apresentadas em números absolutos. A maioria é branca e está na rua há bastante tempo. Segundo os dados há uma forte relação entre a situação de rua e o alcoolismo e problemas familiares. Além disso, a maioria afirma manter algum contato com familiares e realizar alguma atividade para ganhar dinheiro.

Tabela 25. Cor/raça da população em situação de rua cadastrada no Cadastro Único

Cor/ Raça	nº de pessoas
Brancos	49
Pretos e pardos	24
Outros	1

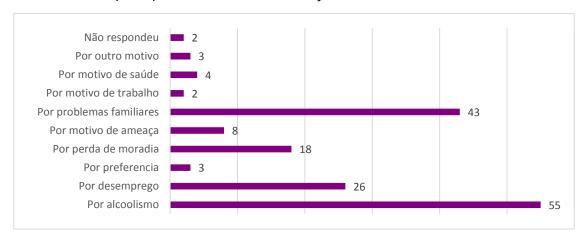
Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Tabela 26. Tempo em que vive na rua

Tempo em que vive na rua	nº de pessoas
Até seis meses	8
Entre seis meses e um ano	5
Entre um e dois anos	9
Entre dois e cinco anos	21
Entre cinco e dez anos	12
Mais de dez anos	22

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 49. Motivo pelo qual se encontra em situação de rua



Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Tabela 27. Contato com a família

Contato com a família	nº de pessoas
Todo dia	8
Toda semana	14
Todo mês	19
Todo ano	7
Quase nunca	14
Nunca	15

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Tabela 28. Modo pelo qual ganha dinheiro

Ganha dinheiro	nº de pessoas
Com construção civil	17
Como guardador de carros	26
Como carregador	9
Como catador	14
Como pedinte	10

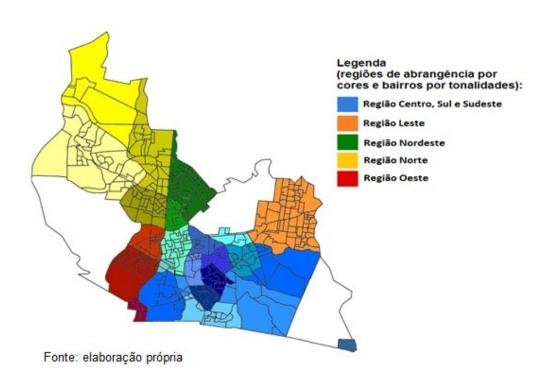
Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

14. DADOS POR REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DOS CRAS, BAIRROS E UNIDADE TERRITORIAIS

O Mapa 5 representa as divisões do município nas formas que possibilitaram o diagnóstico por regiões a fim de representar a realidade social de forma territorializada. Há, desta forma, três níveis de territorialização, o que possibilita enfoques diferentes para vislumbrar o município, com maior ou menor especificidade. Essa territorialização por níveis permite enfoques mais amplos ou mais detalhados, de acordo com o interesse da observação ou de acordo com a abrangência da ação territorial planejada da política pública.

A subdivisão mais ampla é por cinco cores, conforme legenda: cada cor representa uma área de abrangência dos cinco CRAS existentes no município. A segunda forma de subdivisão é por bairros e é representada por diferentes tonalidades das cinco cores. Os dados relativos a esses dois níveis de territorialização (regiões de abrangência dos CRAS e bairros) advêm do Cadastro Único para os Programas do Governo Federal e dizem respeito apenas às pessoas com cadastro atualizado em novembro de 2014. As linhas pretas formam as divisões por setores censitários do IBGE.

Mapa 5. Município e divisões por regiões de abrangência dos CRAS, bairros e setores censitários



A terceira forma de subdivisão é por *unidades territoriais*, que são agrupamentos de setores censitários de acordo com proximidade geográfica e semelhança de realidade socioeconômica. De acordo com a Política Nacional da Assistência Social (PNAS),

quanto maior concentração populacional, maior será a necessidade de considerar as diferenças e desigualdades existentes entre os vários territórios de um município ou região. A construção de indicadores a partir dessas parcelas territoriais termina configurando uma "medida de desigualdade intraurbana". Esta medida, portanto, sofrerá variações de abrangência de acordo com as características de cada cidade, exigindo ação articulada entre as três esferas no apoio e subsídio de informações, tendo como base o Sistema Nacional de Informações de Assistência Social e os censos do IBGE, compondo com os Campos de Vigilância Social, locais e estaduais, as referências necessárias para sua construção (BRASIL, p. 45)

Por isso, sendo São Leopoldo uma cidade de grande porte, decidimos por desagregar as informações. Conforme o Mapa 6, cada unidade territorial recebeu um número de referência para a representar. As informações dessas unidades territoriais são oriundas dos micro-dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e representam toda população e não apenas quem possui Cadastro Único. Esses dados, ainda que menos atualizados, oferecem uma visão mais aprofundada, pois expressam diferenças dentro dos bairros. Tratase de uma espécie de lupa sobre o território. Como eles poderão ser comparados aos dados de São Leopoldo em geral e do Rio Grande do Sul, poderão servir como base para o estabelecimento de prioridades. Dessa forma, podem se tornar indicadores de desenvolvimento social nos âmbitos de vulnerabilidades relativas a renda, habitação e condições de moradia e educação. Ao fim de cada exposição das características das regiões e seus bairros, há um subitem com informações dessas unidades territoriais.

Mapa 6. Município e divisão por unidades territoriais

Fonte: Elaboração própria

Para uma aproximação e comparação iniciais, começaremos com dados gerais entre regiões de abrangência dos CRAS e entre bairros, focando no cadastramento, Programa Bolsa Família e renda das pessoas com Cadastro Único atualizado. Em seguida, passaremos

a informações específicas e mais detalhadas de cada região de abrangência e suas subdivisões por bairros e unidades territoriais.

Em 2010, 14,9% dos domicílios de São Leopoldo contavam com renda *per capita* de até ½ salário mínimo. A tabela abaixo identifica a quantidade de domicílios com renda *per capita* de até ½ salário mínimo. Considerando apenas essa parcela, a maior concentração de domicílios com essa característica se encontra na região de abrangência do CRAS Norte (2.943 domicílios), seguido da região do CRAS Nordeste (2.297 domicílios). A região de abrangência do CRAS Oeste, por sua vez, tem a menor concentração (1.432). Os números abaixo mostram, assim, a distribuição da pobreza no município, que em sua totalidade possui 10.621 domicílios com renda *per capita* até ½ salário mínimo.

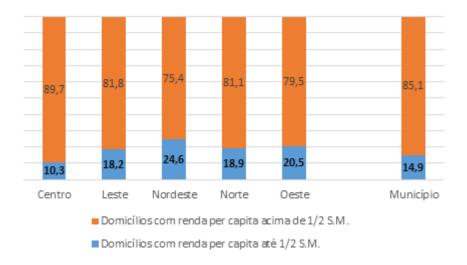
Tabela 29. Distribuição dos domicílios com rendimentos até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per* capita de acordo com regiões de abrangência dos CRAS em 2010

Região de Abrangência dos CRAS	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
Centro	83	330	1592	2005	18,9
Leste	67	333	1544	1944	18,3
Nordeste	128	459	1710	2297	21,6
Norte	144	546	2253	2943	27,7
Oeste	85	298	1049	1432	13,5
TOTAIS	507	1966	8148	10621	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Esses números dizem respeito apenas à distribuição dos domicílios com renda *per capita* até ½ salário mínimo. No entanto, se considerarmos a proporção dos domicílios com renda *per capita* até ½ salário mínimo de cada região em relação ao conjunto de domicílios da mesma região, temos indicadores de outra natureza, a saber, da proporção regional de pobreza. Assim, o gráfico a seguir exibe visualmente e percentualmente a pobreza dentro de cada região. A região de abrangência com maior proporção regional de pobreza é a do CRAS Nordeste (24,6%). A com menor proporção regional é a de abrangência do CRAS Centro (10,3), o que corresponde à tendência de concentração de pobreza nas periferias das grandes cidades.

Gráfico 50. Proporção de domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo de acordo com região de abrangência dos CRAS em 2010 (%)



Considerando apenas os beneficiários do Programa Bolsa Família, são as regiões dos CRAS Norte e Nordeste que concentram a maioria dos beneficiários. Contudo, é a região de abrangência do CRAS Nordeste a que mais possui beneficiários, mesmo possuindo possui menor população e menor número de domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo se comparada à região de abrangência do CRAS Norte.

Gráfico 51. Percentual de beneficiários do PBF segundo regiões de abrangência dos CRAS

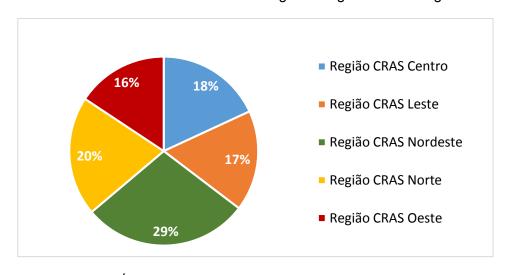
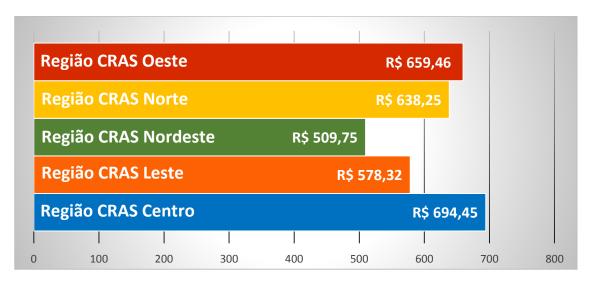


Gráfico 52. Renda média familiar mensal total do público com cadastro atualizado de acordo com as regiões de abrangência dos CRAS



A seguir podemos observar comparativamente os dados sobre renda das pessoas com Cadastro Único atualizado dos bairros de São Leopoldo. Em sequência, eles expressam a renda média familiar mensal, a renda média familiar mensal *per capita* e a remuneração média de quem recebe remuneração.

Gráfico 53. Renda média familiar mensal total do público com cadastro atualizado no Cadastro Único por bairros

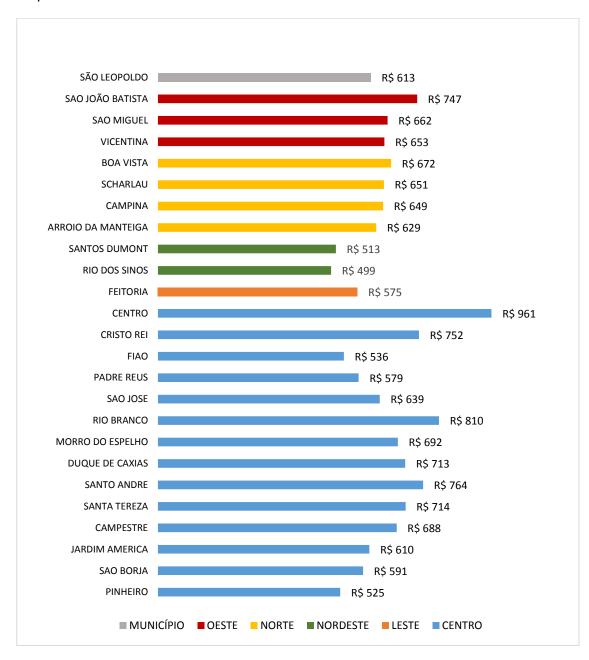


Gráfico 54. Renda média familiar mensal *per capita* do público com cadastro atualizado no Cadastro Único por bairros

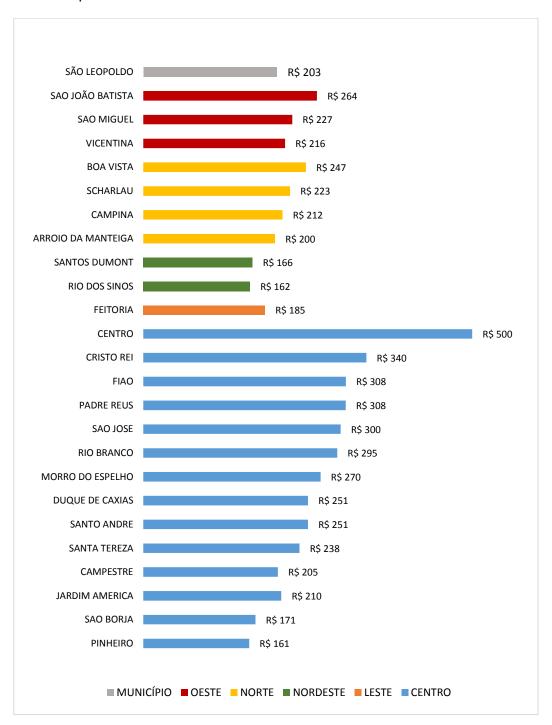
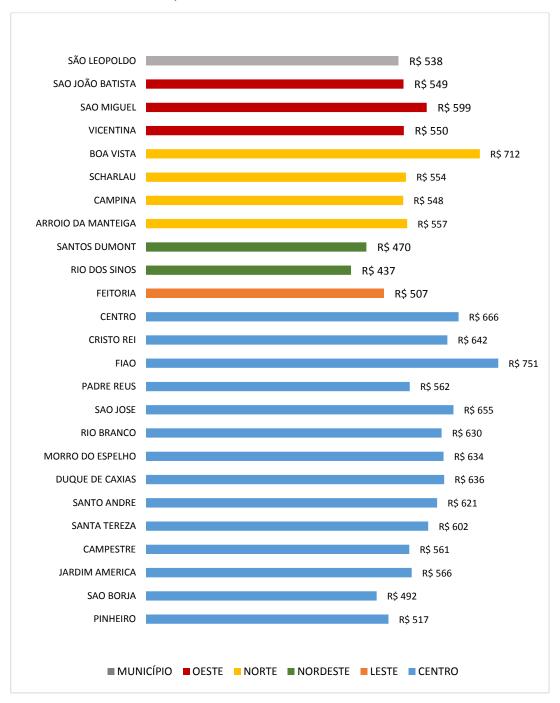


Gráfico 55. Remuneração média das pessoas das pessoas remuneradas com cadastro atualizado no Cadastro Único por bairros



14.1 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS CENTRO (CENTRO, SUL E SUDESTE)

Mapa 7. Contorno dos bairros da região de abrangência do CRAS Centro



A região de abrangência do CRAS Centro corresponde às regiões centro, sul e sudeste do município. Em 2010 tinha 72.319 residentes, equivalente a 33,9% da população do município, distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 30. População da região de acordo com faixa etária

Falson addula	Número	0/
Faixa etária	absoluto	%
0 - 5 anos	4836	6,7
6 - 10 anos	4289	5,9
11 - 17 anos	7062	9,8
18 - 29 anos	15049	20,8
30 - 59 anos	31162	43,1
60 anos ou mais	9921	13,7
TOTAL	72319	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 18. População com cadastro atualizado e beneficiários do PBF em novembro de 2014

População com cadastro atualizado				
Cadastrados	9534			
Beneficiários do PBF	4008			

14.1.1 DADOS SOBRE RENDA

Quadro 19. Domicílios da região de abrangência do CRAS Centro de acordo com renda *per capita*

Domicílios da região de abrangência do CRAS Centro de acordo com renda <i>per</i> capita					
Faixas de renda	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
Número de domicílios	83	330	1592	2005	10,31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 56. Renda média familiar mensal por bairro da população com Cadastro Único atualizado

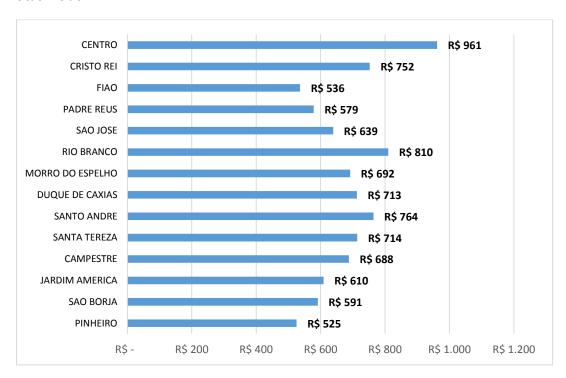


Gráfico 57. Renda média familiar mensal *per capita* média da população com Cadastro Único atualizado

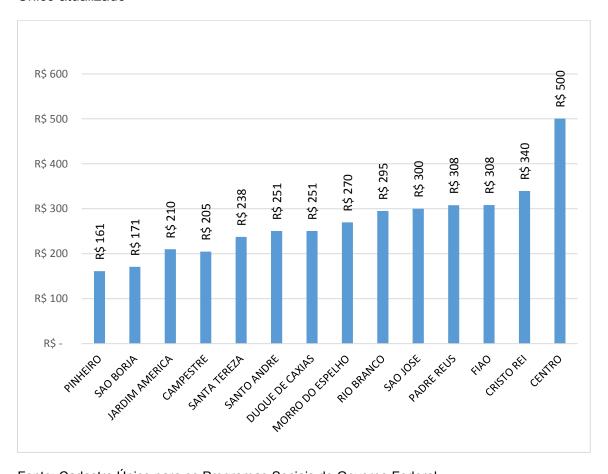


Gráfico 58. Distribuição percentual da população com Cadastro Único atualizado de acordo com faixa de renda familiar per capita e bairro

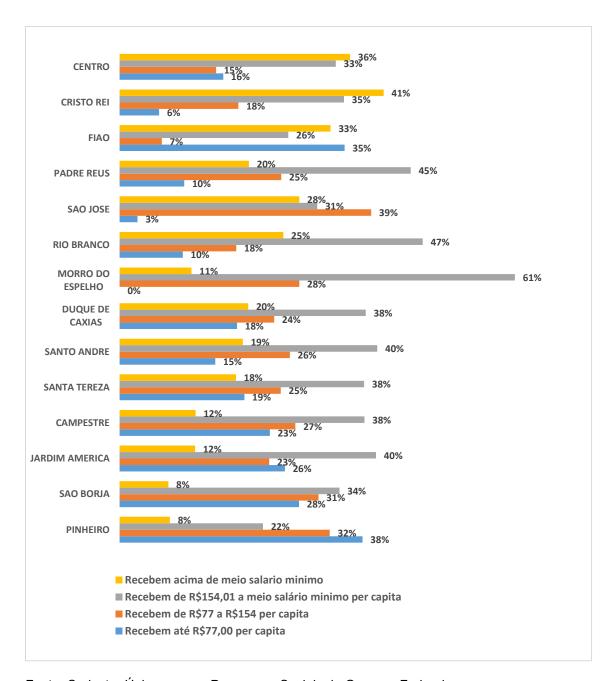


Tabela 31. Número de pessoas com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por faixaetária com cadastro atualizado³⁵

Faixa etária	Renda per capita até ½ S.M.	Renda per capita até ½ S.M. (%)
0 – 6 anos	1126	14,6
7 – 15 anos	2165	28,0
16 e 17 anos	463	6,0
18 – 24 anos	777	10,1
25 – 59 anos	2913	37,7
60 anos ou mais	284	3,7
TOTAL	7728	100,0

-

³⁵ A tabela segue o critério da resolução nº 1 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o cálculo da capacidade de atendimento municipal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), qual seja, distribuição por faixa-etária e renda *per capta* da família de até ½ salário mínimo. A divisão de faixas-etárias dessa forma é resultado da possibilidade de filtro do CECAD, que, embora auxiliem a vislumbrar a relação idade e vulnerabilidade renda, não corresponde identicamente às divisões sugeridas pela Tipificação Nacional de Serviços do SUAS.

13.1.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Gráfico 59. Material de construção das paredes externas do domicílio da população com Cadastro Único atualizado

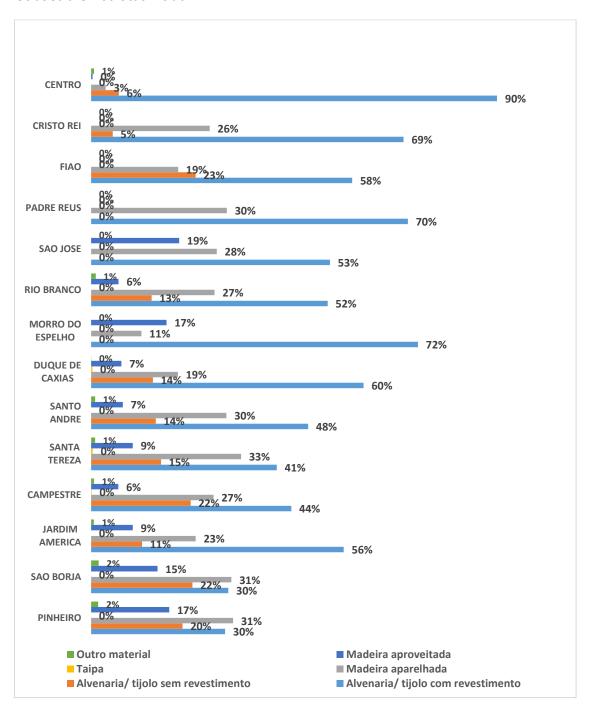


Gráfico 60. Forma de abastecimento de água da população com Cadastro Único atualizado

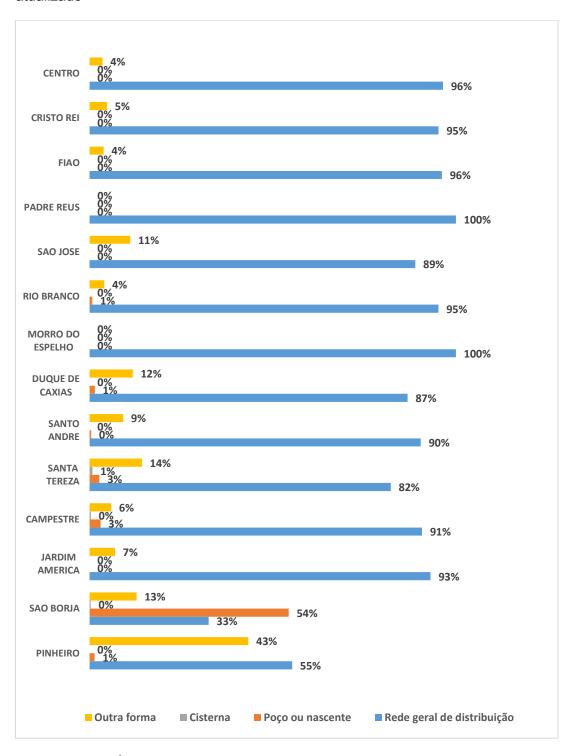


Gráfico 61. Forma de escoamento do banheiro ou sanitário da população com Cadastro Único atualizado

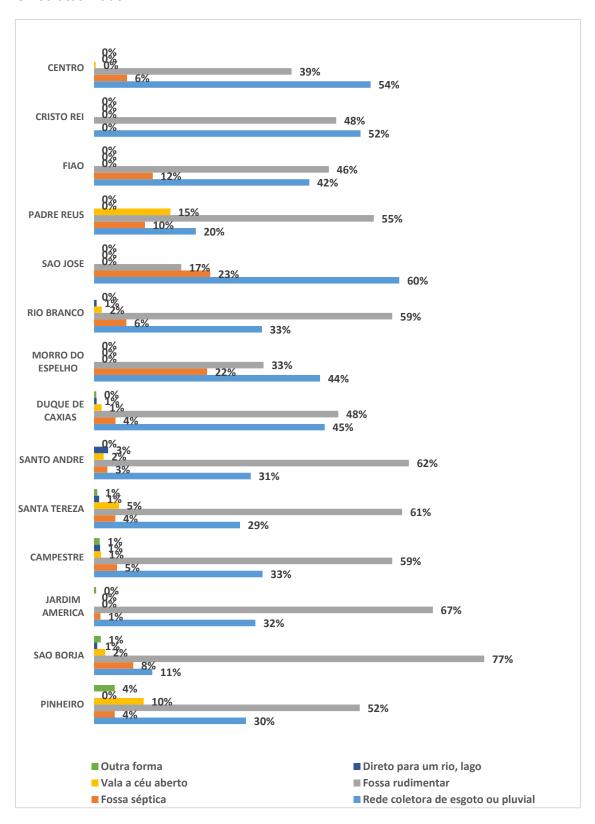


Gráfico 62. Forma de destino do lixo da população com Cadastro Único atualizado

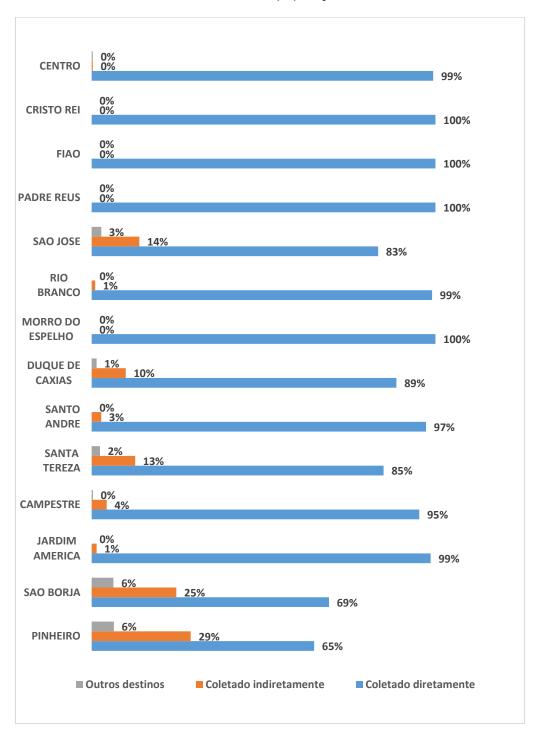
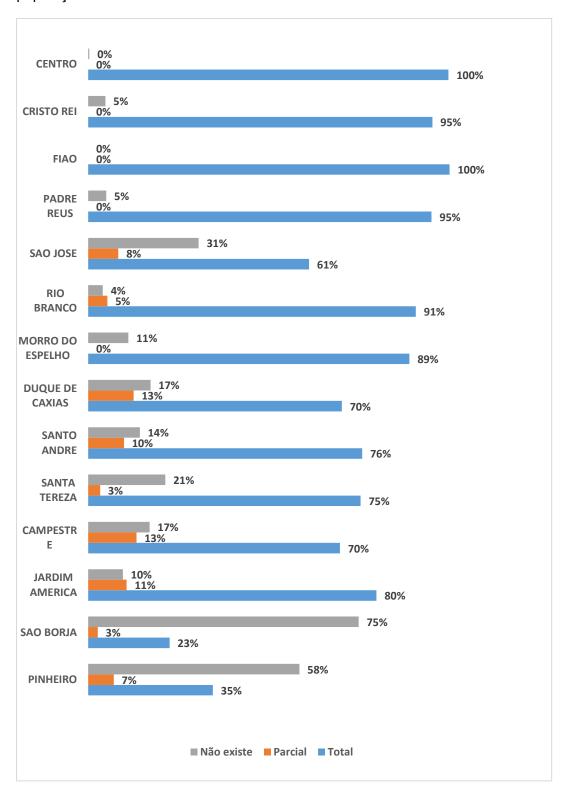


Gráfico 63. Existência de calçamento/ pavimentação em frente ao domicílio da população com Cadastro Único atualizado

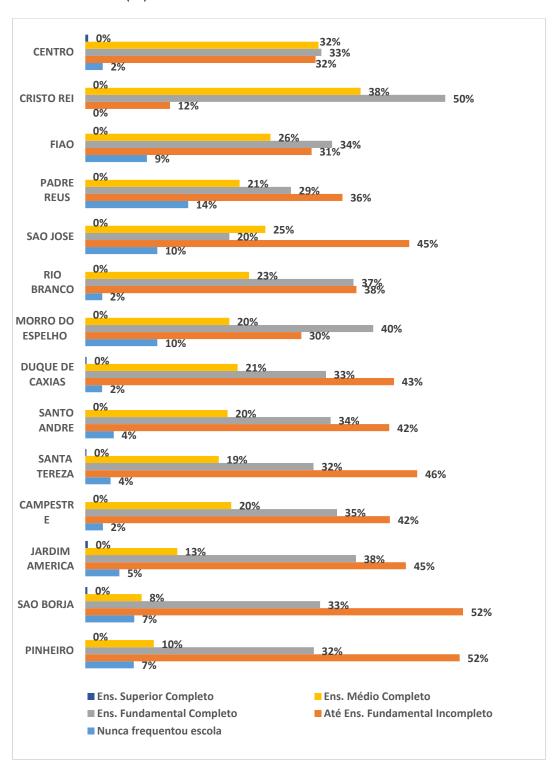


14.1.3 DADOS DE ESCOLARIDADE

Quadro 20. Grau de escolaridade entre as pessoas adultas (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (números absolutos)

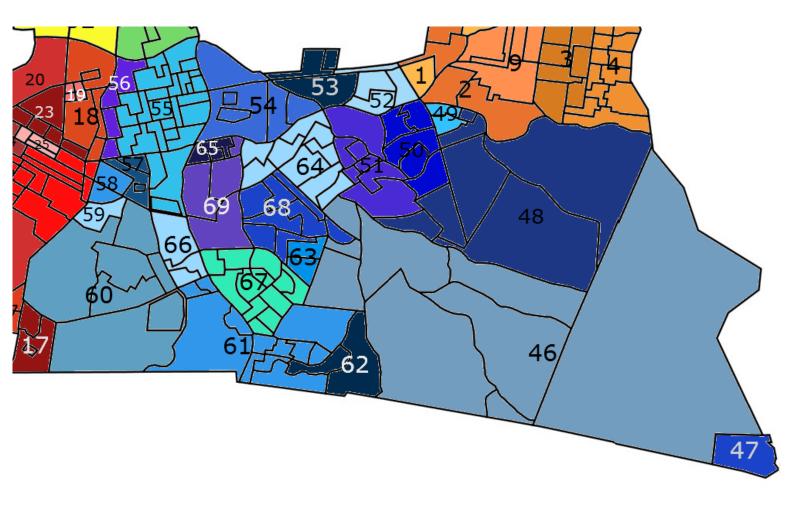
Grau de escolaridade entre as pessoas adultas					
Bairro	Nunca frequentaram escola	Até Ens. Fundamental Incompleto	Ens. Fundamental Completo	Ens. Médio Completo	Ens. Superior Completo
Pinheiro	17	131	80	24	0
São Borja	47	362	225	54	2
Jardim América	13	122	103	35	1
Campestre	14	242	200	116	0
Santa Tereza	23	301	207	121	1
Santo André	16	171	138	80	0
Duque de Caxias	40	731	570	361	3
Morro do espelho	1	3	4	2	0
Rio Branco	6	96	95	58	0
São José	2	9	4	5	0
Padre Réus	2	5	4	3	0
Fião	3	11	12	9	0
Cristo rei	0	4	17	13	0
Centro	6	79	81	80	1

Gráfico 64. Grau de escolaridade da população adulta (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (%)



14.1.4 DADOS DA UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO CENTRO, SUL E SUDESTE

Mapa 8. Unidades territoriais da região de abrangência do CRAS Centro constituídas a partir dos setores censitários



Fonte: Elaboração própria

Tabela 32. Número de famílias por unidade territorial de acordo com faixa de renda *per capita*

Unidade Territorial	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
46	2	11	81	94	11,46
47	2	12	38	52	55,32
48	10	24	154	188	11,46
49	10	23	76	109	34,28
50	0	16	76	92	11,40
51	5	20	112	137	12,47
52	0	2	25	27	3,46
53	4	11	28	43	11,03
54	0	1	8	9	1,08
55	3	8	55	66	1,28
56	1	3	23	27	3,36
57	0	0	1	1	0,50
58	0	1	10	11	2,83
59	0	2	6	8	3,21
60	1	1	14	16	1,61
61	18	61	304	383	16,63
62	5	41	109	155	22,43
63	0	11	38	49	13,39
64	12	20	104	136	6,64
65	1	2	5	8	1,14
66	2	1	16	19	3,00
67	5	36	199	240	9,89
68	2	20	99	121	7,51
69	0	3	11	14	2,10
Total região centro, sul e sudeste	83	330	1592	2005	10,31

Gráfico 65. Percentual de domicílios que vivem com até ½ salário mínimo per capita (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

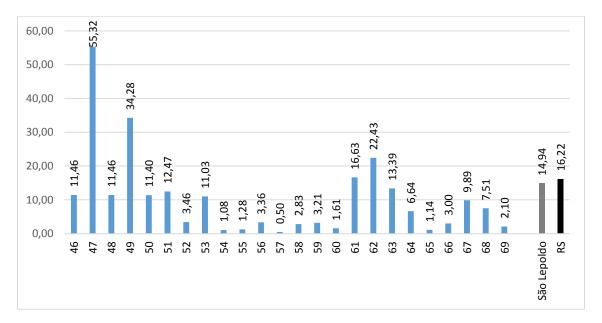


Gráfico 66. Médias de rendimentos mensal do responsável familiar (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

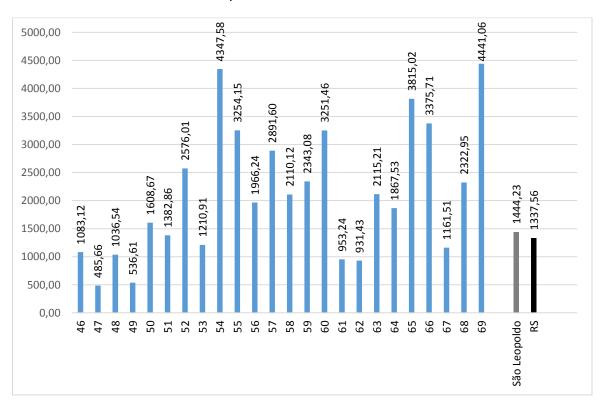


Gráfico 67. Percentual de domicílios adequados³⁶: comparação entre unidades territoriais, município e estado

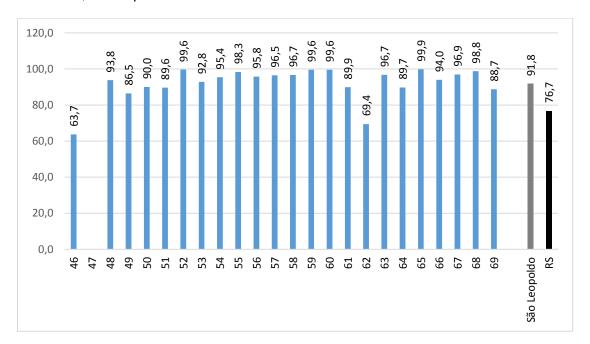
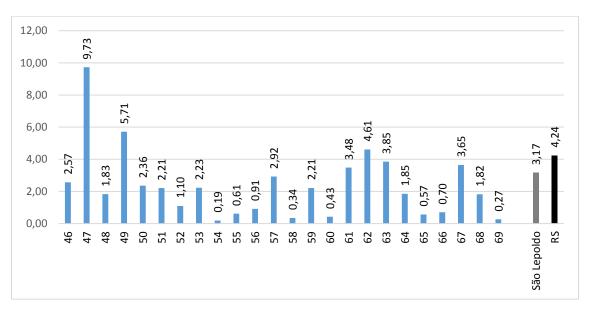


Gráfico 68. Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (%): comparação entre unidades territoriais, município e estado



³⁶ Segundo o IBGE, são considerados adequados para moradia os domicílios que têm, ao mesmo tempo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório. A unidade territorial, nº 47 não apresentava dados sobre a questão.

14.2 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS LESTE

Mapa 9. Contorno dos bairros da região de abrangência do CRAS Leste



O bairro Feitoria, região leste, correspondia, em 2010, a 17,24% da população do município, com 36.808 pessoas residentes, distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 33. População de acordo com faixa etária

Faixa etária	Número absoluto	%
0 - 5 anos	3024	8,22
6 - 10 anos	3004	8,16
11 - 17 anos	4671	12,69
18 - 29 anos	7861	21,36
30 - 59 anos	15162	41,19
60 anos ou mais	3086	8,38
Total	36808	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 21. População com cadastro atualizado e beneficiários do PBF em novembro de 2014

População com cadastro atualizado				
Cadastrados	7.360			
Beneficiários do PBF	3.917			

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

14.2.1 DADOS SOBRE RENDA

Quadro 22. Domicílios do bairro Feitoria de acordo com renda per capita

Domicílios do bairro Feitoria de acordo com renda per capita					
Faixas de renda	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
Número de domicílios	67	333	1544	1944	18,12

Quadro 23. Rendimentos das famílias com Cadastro Único atualizado no bairro Feitoria

Rendimentos das famílias com Cadastro Único atualizado no bairro Feitoria		
Renda média familiar mensal	R\$ 575,00	
Renda média familiar mensal per capita média	R\$ 185,00	

Gráfico 69. Distribuição percentual da população com Cadastro Único atualizado de acordo com faixa de renda familiar per capita e bairro

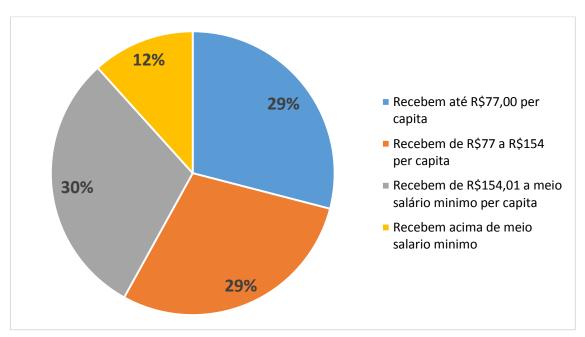
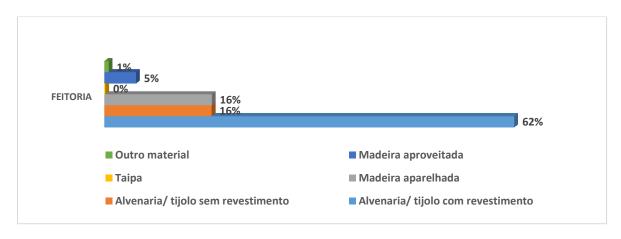


Tabela 34. Número de pessoas com renda per capita até ½ salário mínimo por faixaetária com cadastro atualizado³⁷

Faixa etária	Renda per capita até ½ S.M.	Renda per capita até ½ S.M. (%)
0 – 6 anos	976	15,0
7 – 15 anos	1841	28,3
16 e 17 anos	381	5,9
18 – 24 anos	652	10,0
25 – 59 anos	2382	36,7
60 anos ou mais	266	4,1
TOTAL	6498	100

14.2.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Gráfico 70. Material de construção das paredes externas do domicílio da população com Cadastro Único atualizado

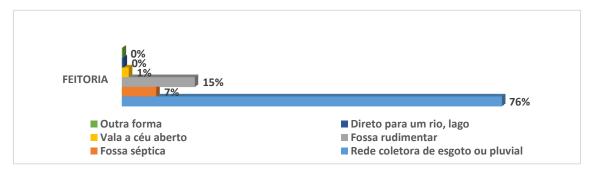


³⁷ A tabela segue o critério da resolução nº 1 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o cálculo da capacidade de atendimento municipal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), qual seja, distribuição por faixa-etária e renda *per capta* da família de até ½ salário mínimo. A divisão de faixas-etárias dessa forma é resultado da possibilidade de filtro do CECAD, que, embora auxiliem a vislumbrar a relação idade e vulnerabilidade renda, não corresponde identicamente às divisões sugeridas pela Tipificação Nacional de Serviços do SUAS.

Gráfico 71. Forma de abastecimento de água da população com Cadastro Único atualizado



Gráfico 72. Forma de escoamento do banheiro ou sanitário da população com Cadastro Único atualizado

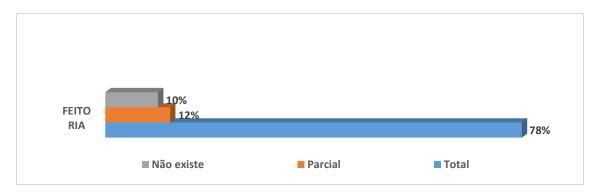


Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 73. Forma de destino do lixo da população com Cadastro Único atualizado



Gráfico 74. Existência de calçamento/ pavimentação em frente ao domicílio da população com Cadastro Único atualizado



14.2.3 DADOS SOBRE ESCOLARIDADE

Quadro 24. Grau de escolaridade entre as pessoas adultas (com 18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (números absolutos)

Grau de escolaridade entre as pessoas adultas				
Escolaridade	Número de pessoas			
Nunca frequentaram escola	142			
Até Ens. Fundamental Incompleto	1857			
Ens. Fundamental Completo	1351			
Ens. Médio Completo	596			
Ens. Superior Completo	8			

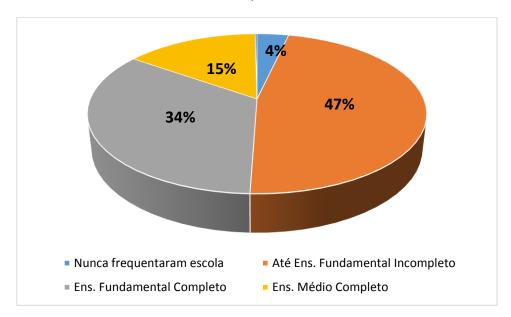


Gráfico 75. Grau de escolaridade entre as pessoas com Cadastro Único atualizado (%)

14.2.4 TERRA INDÍGENA POR FI GÂ: A COMUNIDADE KAINGANG³⁸

A terra indígena Por Fi Gâ, em São Leopoldo, situa-se na Estrada do Quilombo, na divisa entre os bairros Feitoria e Campestre e conta com 2,04 hectares. Uma das características dessa comunidade é a convivência da comunidade com o meio urbano. Os Kaingang são indígenas de matriz Jê Meridional, descendentes de uma extinta sociedade tribal denominada Guainá. As terras do Vale do Rio dos Sinos são tidas como um território tradicional do qual se afastaram, visto que

no período da colonização europeia no Rio Grande do Sul, os Kaingang tiveram seus territórios invadidos pelos colonizadores alemães e italianos, situação legitimada pelo Governo da Província. No decorrer do tempo, foram expropriados dos seus tradicionais territórios, situação que provocou a migração dos Kaingang para a cidade em busca de melhores condições de sustentabilidade econômica e saúde, além de

³⁸ As informações aqui constantes foram retiradas do artigo "Um Estudo sobre Indígenas Kaingang em Áreas Urbanas no Rio Grando do Sul", de autoria de Emeli Lappe e Luís Fernando da Silva Laroque, ambos com formação em História. O artigo está publicado no sítio "história e-história", com o apoio do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Universidade de Campinas (UNICAMP). Está disponível em: http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=246# edn1>

terem a oportunidade de melhor comercializar o artesanato. (LAPPE; LAROQUE, 2013)

Muitos desses indígenas são oriundos da Reserva Indígena Nonoai, no norte do estado e desde os anos 1990 têm se fixado na cidade. Passando por uma faixa da BR 116, por terrenos próximos à rodoviária e aos Diques do Rio dos Sinos, um retorno à BR 116 junto a um viaduto e um terreno na Rua São Domingos, as famílias indígenas – após embates, negociações e acordos – foram finalmente assentadas permanentemente no atual território entre 2007 e 2008.

Atualmente, há 35 famílias com Cadastro Único atualizado, sendo 138 pessoas distribuídas conforme abaixo em termos de faixa etária.

Tabela 35. Número de pessoas residentes com Cadastro Único atualizado na Terra Indígena Por Fi Gâ conforme faixa etária.

Faixa etária	Número de pessoas	
0 a 6 anos	23	
7 a 15 anos	33	
16 e 17 anos	11	
18 a 24 anos	18	
25 a 59 anos	50	
60 anos ou mais	2	

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

A maioria das pessoas vivem em extrema pobreza, tendo sua grave situação de vulnerabilidade de renda amenizada pela transferência de renda do PBF, conforme podemos perceber no quadro abaixo.

Quadro 25. Características gerais das pessoas com Cadastro Único atualizado

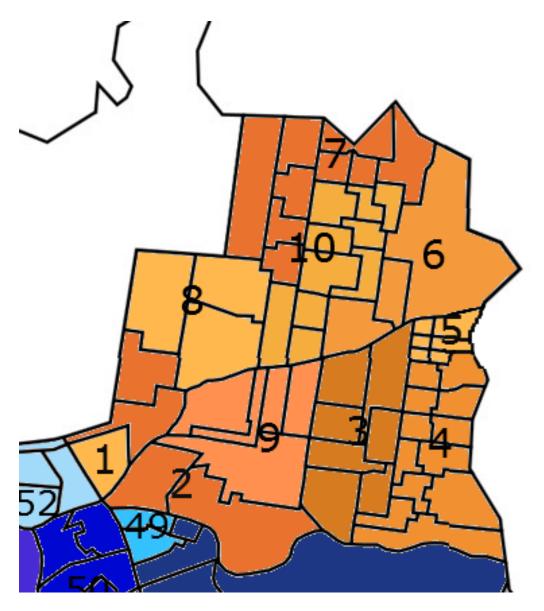
Indígenas com Cadastro Único atualizado			
Cadastrados	138		
Média de renda familiar mensal per capita	67,84		
Beneficiárias do PBF	122		
Famílias beneficiárias do BPC	2		

Alguns dados a mais nos permitem vislumbrar outras vulnerabilidades enfrentadas pela comunidade da terra indígena Por Fi Gâ. Das 138 pessoas com Cadastro Único atualizado,

- 11, com 16 anos ou mais, não sabem ler e escrever;
- 12 não possuem água canalizada;
- 31 não possuem abastecimento de água por rede geral de distribuição;
- 34 não possuem banheiros;- 51 não contam com escoamento sanitário por rede coletora de esgoto.

14.2.5 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO LESTE

Mapa 10. Unidades territoriais da região de abrangência do CRAS Leste constituídas a partir dos setores censitários



Fonte: Elaboração própria

Tabela 36. Número de famílias por unidade territorial de acordo com faixa de renda *per capita*

Unidade Territorial	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
1	18	22	69	109	38,25
2	0	10	69	79	9,54
3	5	29	167	201	12,98
4	7	67	360	434	19,78
5	7	58	215	280	28,60
6	2	13	62	77	12,71
7	9	43	190	242	17,47
8	1	11	86	98	13,08
9	10	35	138	183	15,30
10	8	45	188	241	13,47
Total da região leste	67	333	1544	1944	18,12

Gráfico 76. Percentual de domicílios que vivem com até ½ salário mínimo per capita (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

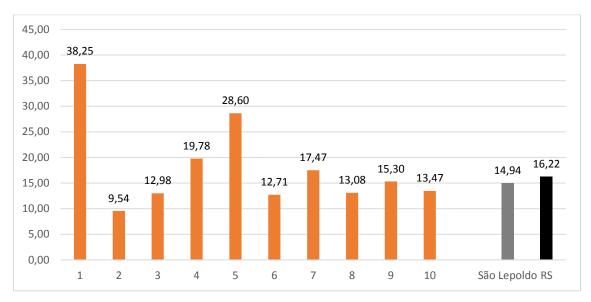


Gráfico 77. Médias de rendimentos mensal do responsável familiar (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

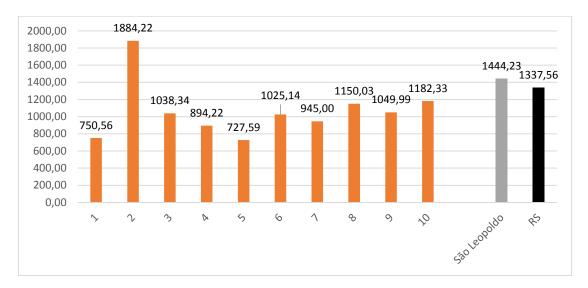
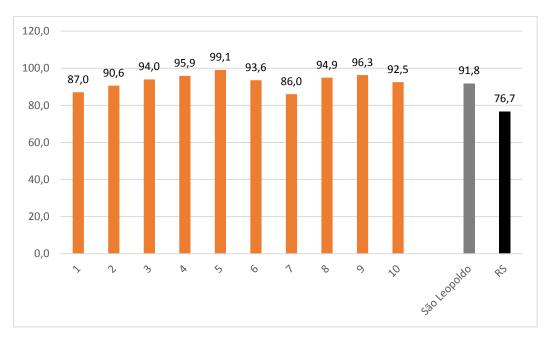


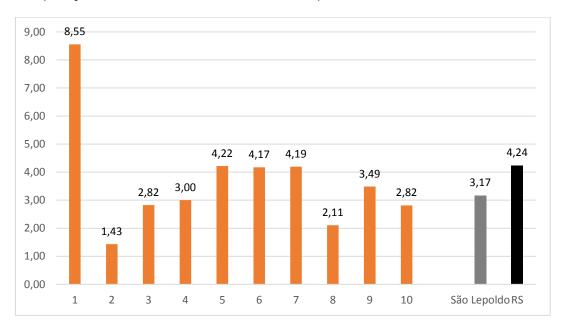
Gráfico 78. Percentual de domicílios adequados³⁹: comparação entre unidades territoriais, município e estado



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

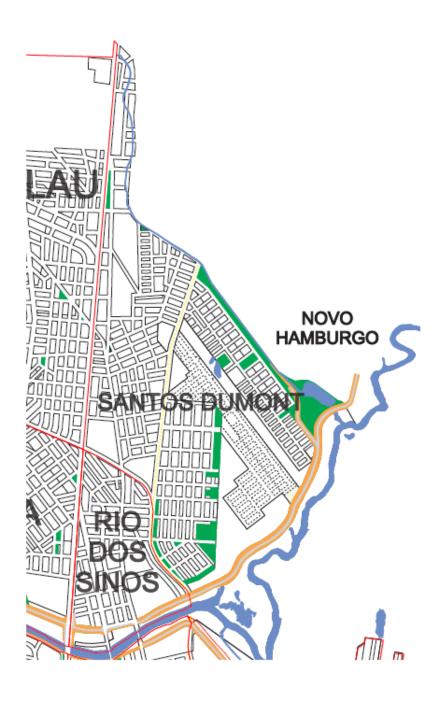
³⁹ Segundo o IBGE, são considerados adequados para moradia os domicílios que têm, ao mesmo tempo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório.

Gráfico 79. Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (%): comparação entre unidades territoriais, município e estado



14.3 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORDESTE

Mapa 11. Contorno dos bairros da região de abrangência do CRAS Nordeste



A região de abrangência do CRAS Nordeste, compreende os bairros Rio dos Sinos e Santos Dumont. Em 2010 tinha 29.248 residentes, equivalente a 13,7% da população do município, distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 37. População da região de acordo com faixa etária

	Número	
Faixa etária	absoluto	%
0 - 5 anos	3006	10,3
6 - 10 anos	2762	9,4
11 - 17 anos	4058	13,9
18 - 29 anos	6276	21,5
30 - 59 anos	10941	37,4
60 anos ou mais	2205	7,5
TOTAL	29248	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

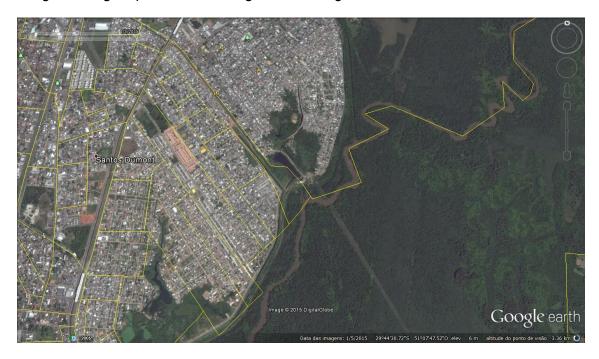
Essa região, no entanto, foi uma das mais atingidas por mudanças demográficas e seu crescimento populacional é significativo. Por isso, os dados do Censo Demográfico de 2010 devem ser avaliados com ressalvas, especialmente os dados em números absolutos — uma vez que alguns dados percentuais podem expressar uma realidade ainda atual. Nesse sentido, as informações complementares do Cadastro Único ganham mais relevância. Ainda que grandes transformações já haviam ocorridas antes de 2010, nas imagens a seguir é possível perceber a relevância das mudanças em cinco anos.

Imagem. Imagem por satélite da região de abrangência do CRAS Nordeste em 2010



Fonte: Google Earth®

Imagem. Imagem por satélite da região de abrangência do CRAS Nordeste em 2015



Fonte: Google Earth®

Quadro 26. População com cadastro atualizado e beneficiários do PBF em novembro de 2014

População com cadastro atualizado				
Cadastrados 10.285				
Beneficiários do PBF 6.236				

14.3.1 DADOS SOBRE RENDA

Quadro 27. Domicílios da região de abrangência do CRAS Nordeste de acordo com renda *per capita*

Domicílios da região de abrangência do CRAS Nordeste de acordo com renda <i>per</i> capita							
Faixas de renda Até 1/8 SM per capita De 1/8 a 1/4 SM per capita De 1/4 a 1/2 SM per capita Total até 1/2 SM per capita per capita Total até 1/2 SM per capita (
Número de domicílios 128 459 1710 2297 24,61							

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 80. Renda média familiar mensal por bairro da população com Cadastro Único atualizado

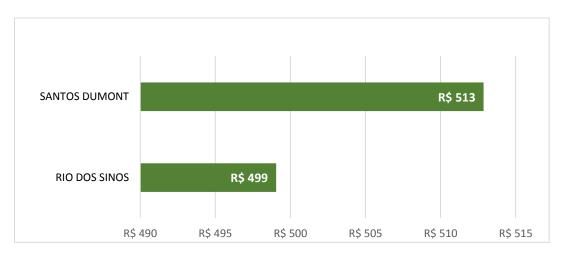


Gráfico 81. Renda média familiar mensal *per capita* média da população com Cadastro Único atualizado

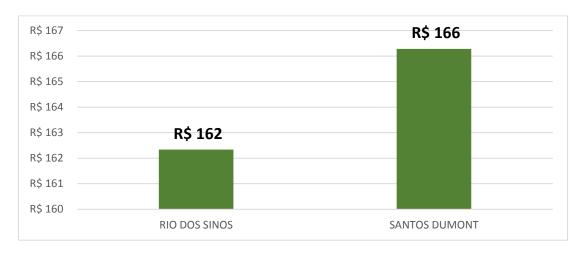


Gráfico 82. Distribuição percentual da população com Cadastro Único atualizado de acordo com faixa de renda familiar per capita e bairro

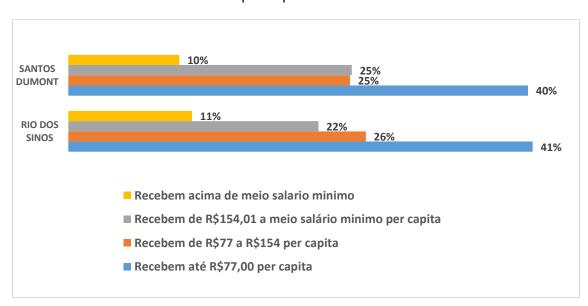
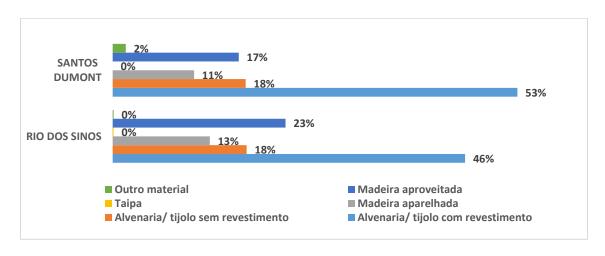


Tabela 38. Número de pessoas com renda per capita até ½ salário mínimo por faixaetária com cadastro atualizado⁴⁰

Faixa etária	Renda per capita até ½ S.M.	Renda per capita até ½ S.M. (%)	
0 – 6 anos	1528	16,5	
7 – 15 anos	2579	27,9	
16 e 17 anos	532	5,8	
18 – 24 anos	1019	11,0	
25 – 59 anos	3246	35,1	
60 anos ou mais	347	3,8	
TOTAL	9251	100	

14.3.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Gráfico 83. Material de construção das paredes externas do domicílio da população com Cadastro Único atualizado



⁴⁰ ⁴⁰ A tabela segue o critério da resolução nº 1 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o cálculo da capacidade de atendimento municipal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), qual seja, distribuição por faixa-etária e renda *per capta* da família de até ½ salário mínimo. A divisão de faixas-etárias dessa forma é resultado da possibilidade de filtro do CECAD, que, embora auxiliem a vislumbrar a relação idade e vulnerabilidade renda, não corresponde identicamente às divisões sugeridas pela Tipificação Nacional de Serviços do SUAS.

Gráfico 84. Forma de abastecimento de água da população com Cadastro Único atualizado

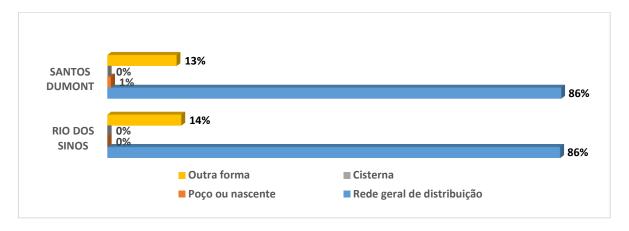
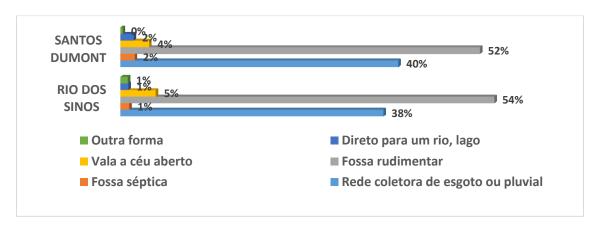


Gráfico 85. Forma de escoamento do banheiro ou sanitário da população com Cadastro Único atualizado

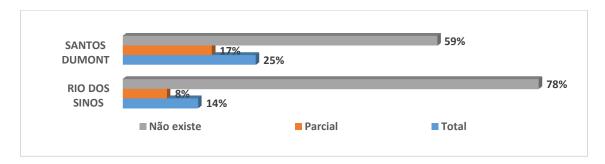


Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 86. Forma de destino do lixo da população com Cadastro Único atualizado



Gráfico 87. Existência de calçamento/ pavimentação em frente ao domicílio da população com Cadastro Único atualizado



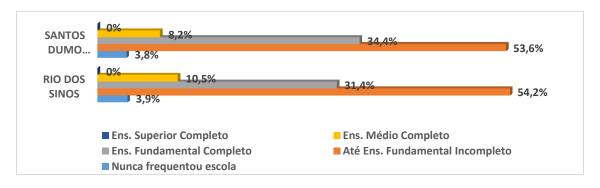
14.3.3 DADOS DE ESCOLARIDADE

Quadro 28. Grau de escolaridade entre as pessoas adultas (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (números absolutos)

Grau de escolaridade entre as pessoas adultas									
Bairro Nunca frequentaram escola Até Ens. Fundamental Incompleto Completo Completo Completo									
Rio do Sinos	56	773	448	150	0				
Santos Dumont	151								

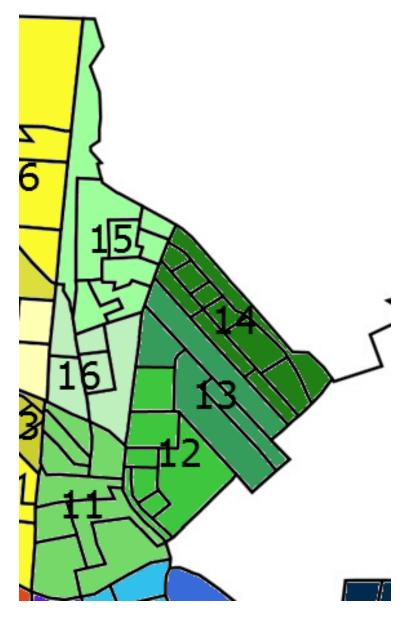
Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 88. Grau de escolaridade da população adulta (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (%)



14.3.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO NORDESTE

Mapa 12. Unidades territoriais da região de abrangência do CRAS Nordeste constituídas a partir dos setores censitários



Fonte: elaboração própria

Tabela 39. Número de famílias por unidade territorial de acordo com faixa de renda per capita

Unidade Territorial	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
11	3	23	100	126	7,01
12	45	141	420	606	41,65
13	28	106	409	543	36,39
14	29	121	508	658	30,11
15	9	42	191	242	16,35
16	14	26	82	122	16,14
Total da região nordeste	128	459	1710	2297	24,61

Gráfico 89. Percentual de domicílios que vivem com até ½ salário mínimo per capita (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

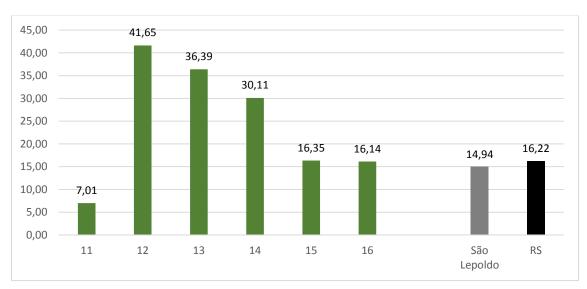


Gráfico 90. Médias de rendimentos mensal do responsável familiar (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

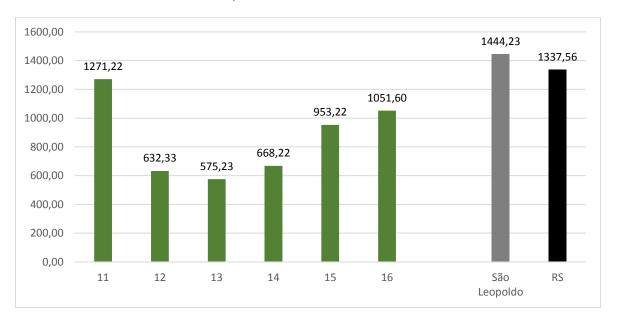
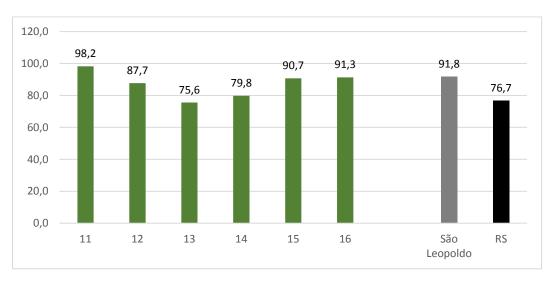


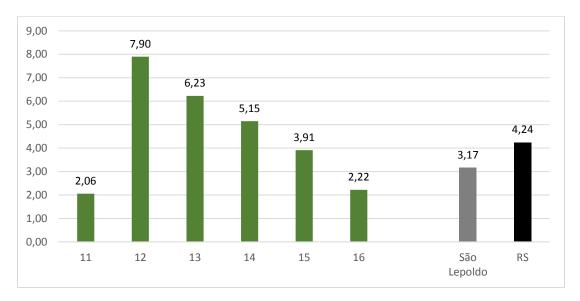
Gráfico 91. Percentual de domicílios adequados⁴¹: comparação entre unidades territoriais, município e estado



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

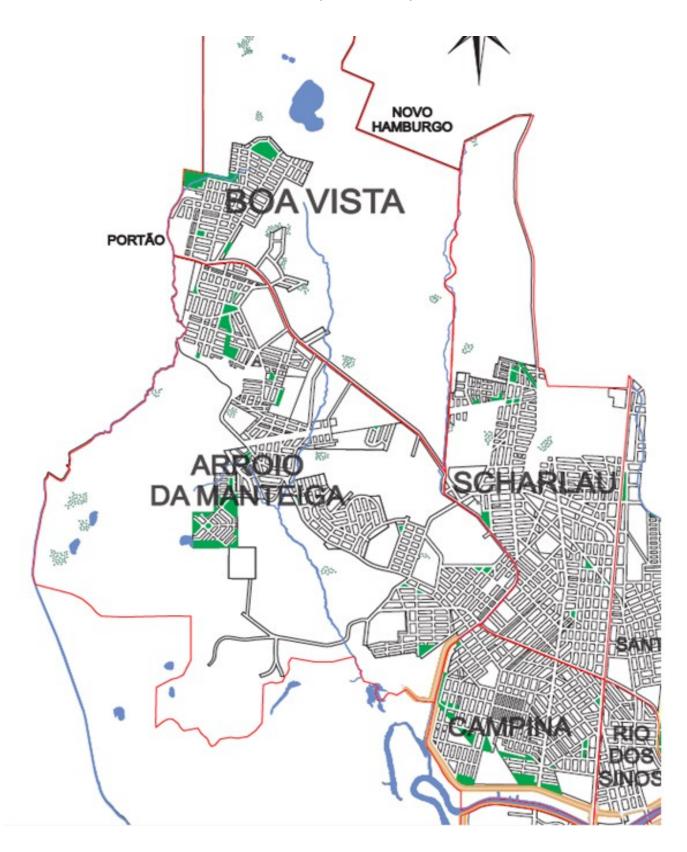
⁴¹ Segundo o IBGE, são considerados adequados para moradia os domicílios que têm, ao mesmo tempo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório.

Gráfico 92. Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (%): comparação entre unidades territoriais, município e estado



14.4 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS NORTE

Mapa 13. Contorno dos bairros da região de abrangência do CRAS Norte



A região de abrangência do CRAS Norte corresponde aos bairros Boa Vista, Scharlau, Arroio da Manteiga e Campina. Em 2010 tinha 51.817 residentes, equivalente a 24,3% da população do município, distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 40. População da região de acordo com faixa etária

Faixa etária	Número absoluto	%
0 - 5 anos	4473	8,6
6 - 10 anos	4302	8,3
11 - 17 anos	6674	12,9
18 - 29 anos	10827	20,9
30 - 59 anos	20857	40,3
60 anos ou mais	4684	9,0
TOTAL	51817	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 29. População com cadastro atualizado e beneficiários do PBF em novembro de 2014

População com cadastro atualizado				
Cadastrados 10.027				
Beneficiários do PBF 4.568				

Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

14.4.1 DADOS SOBRE RENDA

Quadro 30. Domicílios da região de abrangência do CRAS Norte de acordo com renda per capita

Domicílios da região de abrangência do CRAS Norte de acordo com renda <i>per capita</i>								
Faixas de renda Até 1/8 SM per capita De 1/8 a 1/4 SM per per capita Total até 1/2 SM per capita per capita Total até 1/2 SM per capita (%)								
Número de domicílios	144	546	2253	2943	18,91			

Gráfico 93. Renda média familiar mensal por bairro da população com Cadastro Único atualizado

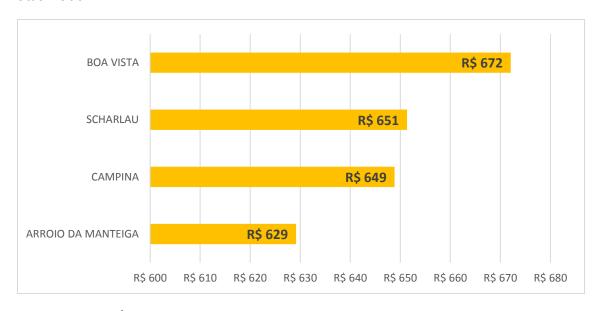


Gráfico 94. Renda média familiar mensal *per capita* média da população com Cadastro Único atualizado

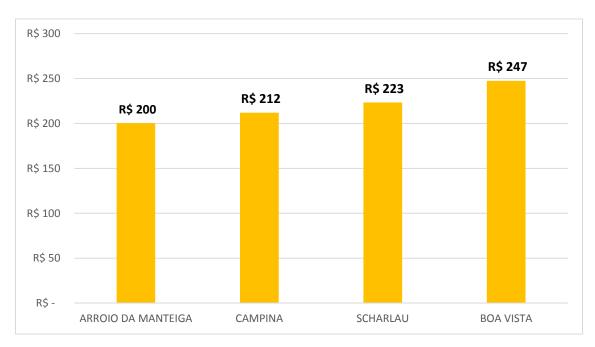


Gráfico 95. Distribuição percentual da população com Cadastro Único atualizado de acordo com faixa de renda familiar per capita e bairro

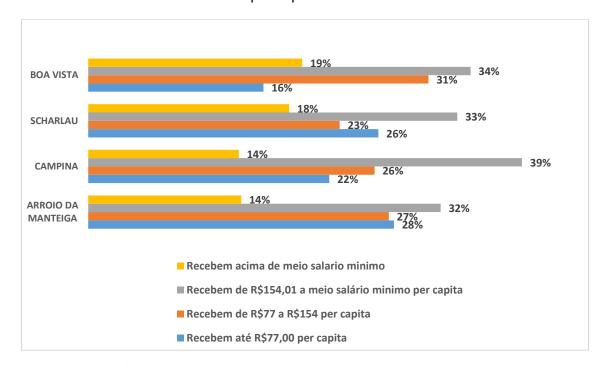


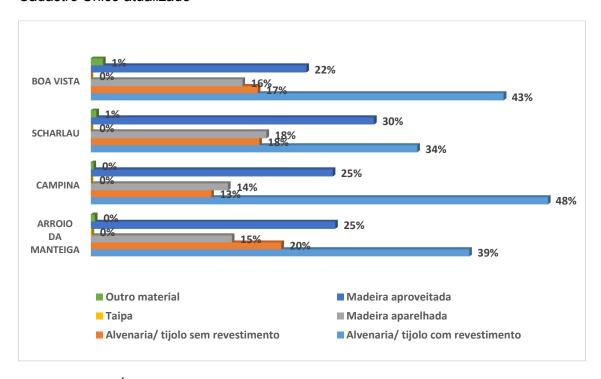
Tabela 41. Número de pessoas com renda per capita até ½ salário mínimo por faixaetária com cadastro atualizado⁴²

Faixa etária	Renda per capita até ½ S.M.	Renda per capita até ½ S.M. (%)
0 – 6 anos	1213	14,2
7 – 15 anos	2541	29,7
16 e 17 anos	523	6,1
18 – 24 anos	806	9,4
25 – 59 anos	3164	37,0
60 anos ou mais	304	3,6
TOTAL	8.551	100

⁴² ⁴² A tabela segue o critério da resolução nº 1 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o cálculo da capacidade de atendimento municipal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), qual seja, distribuição por faixa-etária e renda *per capta* da família de até ½ salário mínimo. A divisão de faixas-etárias dessa forma é resultado da possibilidade de filtro do CECAD, que, embora auxiliem a vislumbrar a relação idade e vulnerabilidade renda, não corresponde identicamente às divisões sugeridas pela Tipificação Nacional de Serviços do SUAS.

14.4.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Gráfico 96. Material de construção das paredes externas do domicílio da população com Cadastro Único atualizado



Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 97. Forma de abastecimento de água da população com Cadastro Único atualizado

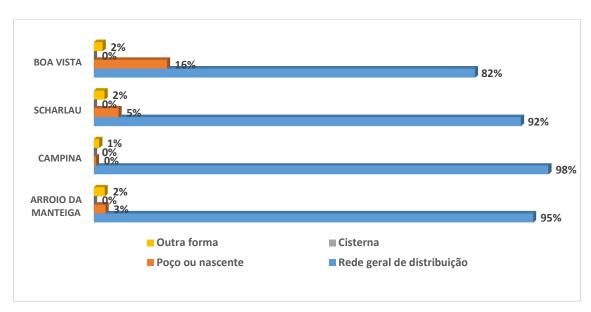


Gráfico 98. Forma de escoamento do banheiro ou sanitário da população com Cadastro Único atualizado

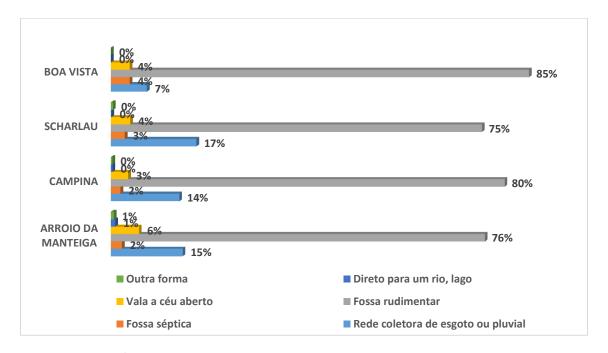


Gráfico 99. Forma de destino do lixo da população com Cadastro Único atualizado

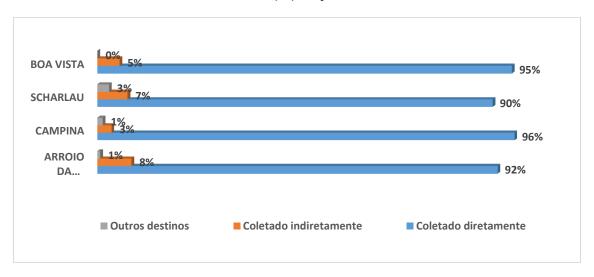
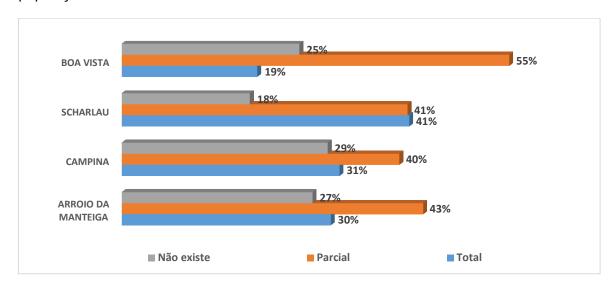


Gráfico 100. Existência de calçamento/ pavimentação em frente ao domicílio da população com Cadastro Único atualizado

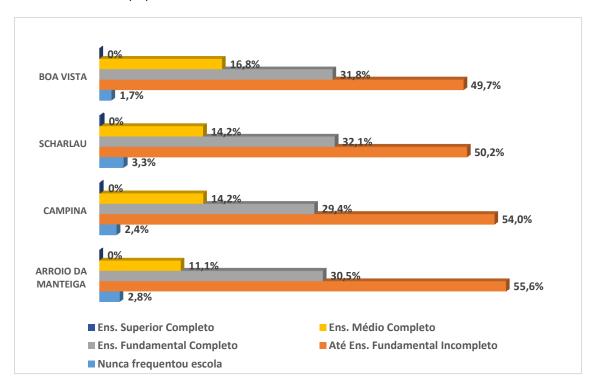


14.4.3 DADOS DE ESCOLARIDADE

Quadro 31. Grau de escolaridade entre as pessoas adultas (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (números absolutos)

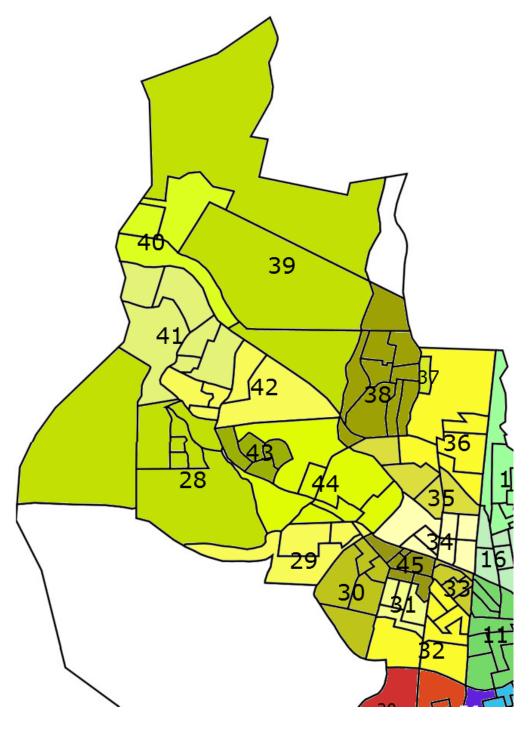
	Grau de escolaridade entre as pessoas adultas						
Bairro	Nunca frequentaram escola	Até Ens. Fundamental Incompleto	Ens. Fundamental Completo	Ens. Médio Completo	Ens. Superior Completo		
Arroio da Manteiga	68	1349	741	270	0		
Campina	42	958	521	252	2		
Scharlau	36	542	347	153	2		
Boa Vista	3	89	57	30	0		

Gráfico 101. Grau de escolaridade da população adulta (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (%)



14.4.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO NORTE

Mapa 14. Unidades territoriais da região de abrangência do CRAS Norte constituídas a partir dos setores censitários



Fonte: Elaboração própria

Tabela 42. Número de famílias por unidade territorial de acordo com faixa de renda per capita

Unidade Territorial	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
28	49	135	399	583	39,88
29	2	8	83	93	15,35
30	14	50	240	304	21,75
31	3	32	147	182	17,48
32	3	27	96	126	13,15
33	1	1	34	36	9,40
34	6	25	131	162	11,24
35	1	6	28	35	5,01
36	6	14	47	67	6,89
37	9	13	21	43	48,31
38	12	44	199	255	16,02
39	1	4	23	28	30,77
40	5	8	71	84	13,21
41	5	40	133	178	16,23
42	10	42	162	214	22,53
43	5	46	193	244	21,88
44	7	33	187	227	16,30
45	5	18	59	82	14,99
Total da região norte	144	546	2253	2943	18,91

Gráfico 102. Percentual de domicílios que vivem com até ½ salário mínimo per capita (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

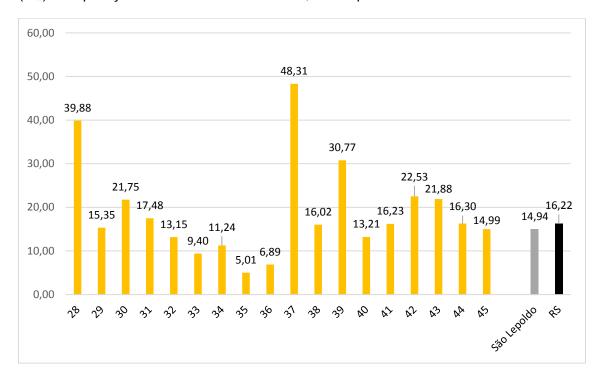


Gráfico 103. Médias de rendimentos mensal do responsável familiar (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

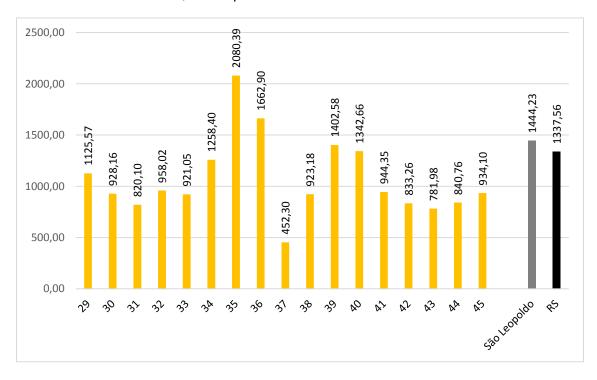
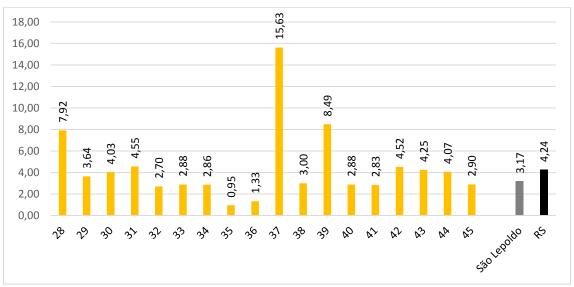


Gráfico 104. Percentual de domicílios adequados⁴³: comparação entre unidades territoriais, município e estado



Gráfico 105. Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (%): comparação entre unidades territoriais, município e estado



⁴³ Segundo o IBGE, são considerados adequados para moradia os domicílios que têm, ao mesmo tempo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório.

14.5 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS OESTE

Mapa 15. Contorno dos bairros da região de abrangência do CRAS Oeste



A região de abrangência do CRAS Oeste corresponde aos bairros São Miguel, Vicentina e São João Batista. Em 2010 tinha 29.248 residentes, equivalente a 13,7% da população do município, distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 43. População da região de acordo com faixa etária

Faixa etária	Número absoluto	%
0 - 5 anos	3006	10,3
6 - 10 anos	2762	9,4
11 - 17 anos	4058	13,9
18 - 29 anos	6276	21,5
30 - 59 anos	10941	37,4
60 anos ou mais	2205	7,5
TOTAL	29248	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Quadro 32. População com cadastro atualizado e beneficiários do PBF em novembro de 2014

População com cadastro atualizado			
Cadastrados	7152		
Beneficiários do PBF	3438		

14.5.1 DADOS SOBRE RENDA

Quadro 33. Domicílios da região de abrangência do CRAS Oeste de acordo com renda *per capita*

Domicílios da r	egião de al	•	do CRAS capita	Oeste de acordo d	com renda <i>per</i>
Faixas de renda	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
Número de domicílios	85	298	1049	1432	20,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Gráfico 106. Renda média familiar mensal por bairro da população com Cadastro Único atualizado

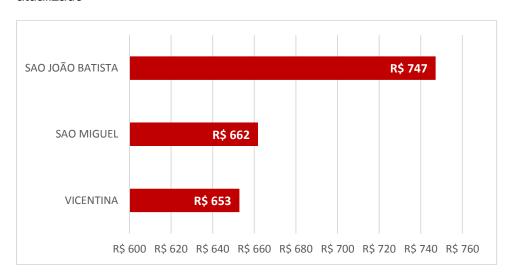


Gráfico 107. Renda média familiar mensal *per capita* média da população com Cadastro Único atualizado

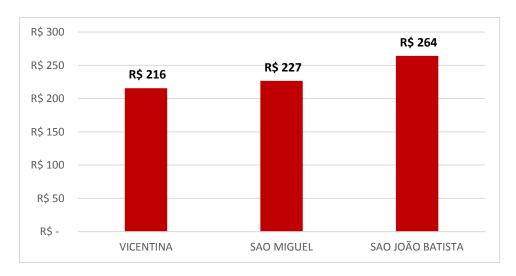


Gráfico 108. Distribuição percentual da população com Cadastro Único atualizado de acordo com faixa de renda familiar per capita e bairro

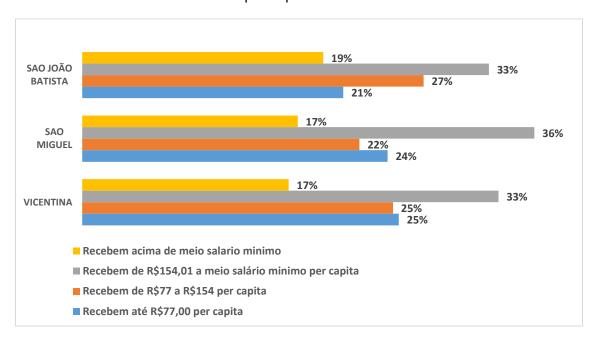
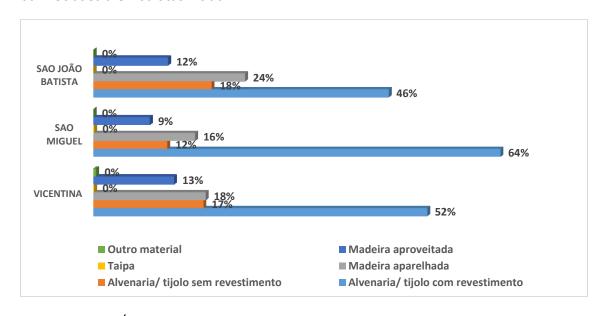


Tabela 44. Número de pessoas com renda per capita até ½ salário mínimo por faixaetária com cadastro atualizado⁴⁴

Faixa etária	Renda per capita até ½ S.M.	Renda per capita até ½ S.M. (%)
0 – 6 anos	950	8,7
7 – 15 anos	1645	15,0
16 e 17 anos	335	3,1
18 – 24 anos	665	6,1
25 – 59 anos	2142	19,6
60 anos ou mais	208	1,9
TOTAL	10940	100

14.5.2 DADOS SOBRE HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE MORADIA

Gráfico 109. Material de construção das paredes externas do domicílio da população com Cadastro Único atualizado



⁴⁴ A tabela segue o critério da resolução nº 1 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para o cálculo da capacidade de atendimento municipal para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), qual seja, distribuição por faixa-etária e renda *per capta* da família de até ½ salário mínimo. A divisão de faixas-etárias dessa forma é resultado da possibilidade de filtro do CECAD, que, embora auxiliem a vislumbrar a relação idade e vulnerabilidade renda, não corresponde identicamente às divisões sugeridas pela Tipificação Nacional de Serviços do SUAS.

Gráfico 110. Forma de abastecimento de água da população com Cadastro Único atualizado

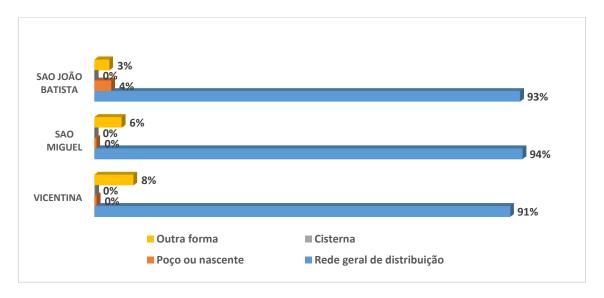


Gráfico 111. Forma de escoamento do banheiro ou sanitário da população com Cadastro Único atualizado

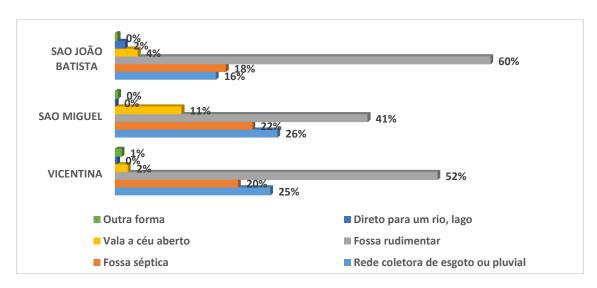


Gráfico 112. Forma de destino do lixo da população com Cadastro Único atualizado

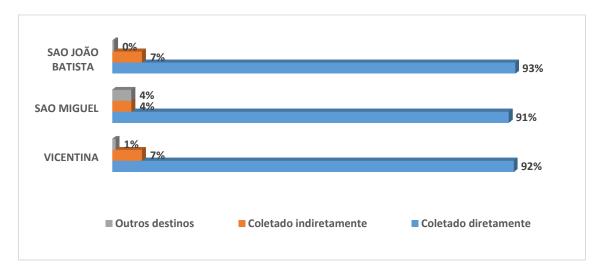
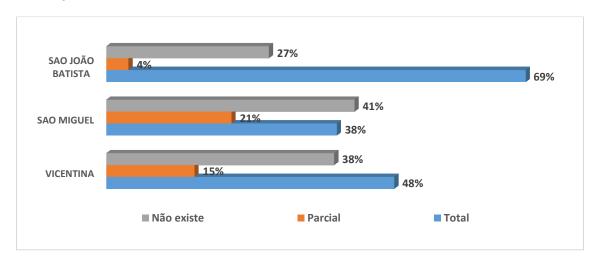


Gráfico 113. Existência de calçamento/ pavimentação em frente ao domicílio da população com Cadastro Único atualizado



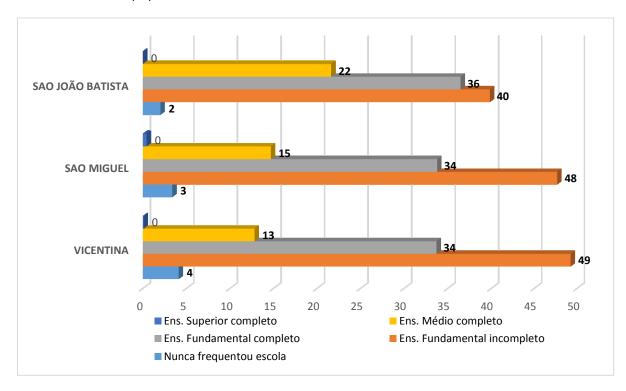
14.5.3 DADOS DE ESCOLARIDADE

Quadro 34. Grau de escolaridade entre as pessoas adultas (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (números absolutos)

Grau de escolaridade entre as pessoas adultas					
Bairro	Nunca frequentaram escola	Até Ens. Fundamental Incompleto	Ens. Fundamental Completo	Ens. Médio Completo	Ens. Superior Completo
Vicentina	99	1186	812	309	2
São Miguel	46	649	460	200	6
São João Batista	3	59	54	32	0

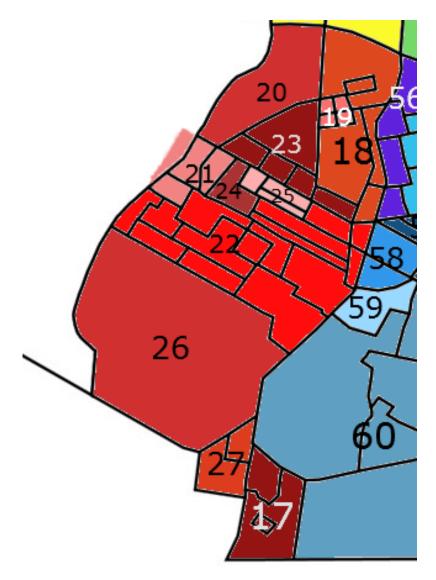
Fonte: Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal

Gráfico 114. Grau de escolaridade da população adulta (18 anos ou mais) com Cadastro Único atualizado (%)



14.5.4 DADOS DAS UNIDADES TERRITORIAIS: DIFERENÇAS INTRA-BAIRROS NA REGIÃO OESTE

Mapa 16. Unidades territoriais da região de abrangência do CRAS Oeste constituídas a partir dos setores censitários



Fonte: elaboração própria

Tabela 45. Número de famílias por unidade territorial de acordo com faixa de renda per capita

Unidade Territorial	Até 1/8 SM per capita	De 1/8 a 1/4 SM per capita	De 1/4 a 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita	Total até 1/2 SM per capita (%)
17	2	6	46	54	12,56
18	6	26	93	125	16,36
19	1	0	22	23	2,76
20	3	11	29	43	26,54
21	24	65	184	273	42,13
22	19	98	350	467	16,16
23	8	42	157	207	21,04
24	0	9	20	29	25,22
25	19	35	111	165	35,64
26	1	2	16	19	21,59
27	2	4	21	27	5,54
Total região oeste	85	298	1049	1432	20,5

Gráfico 115. Percentual de domicílios que vivem com até ½ salário mínimo per capita (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

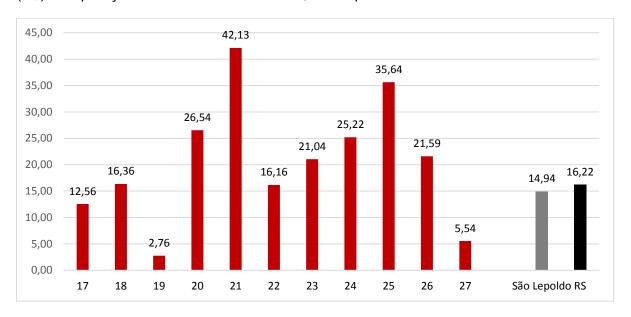


Gráfico 116. Médias de rendimentos mensal do responsável familiar (R\$): comparação entre unidades territoriais, município e estado

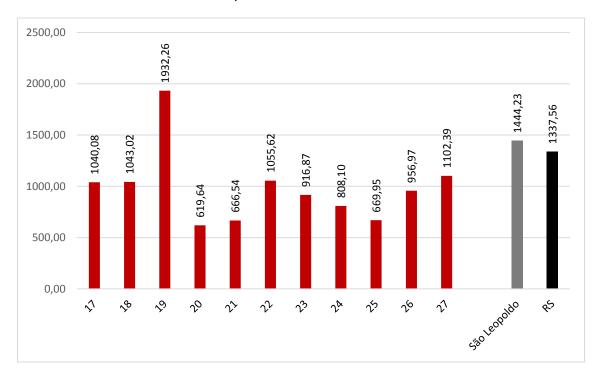


Gráfico 117. Percentual de domicílios adequados⁴⁵: comparação entre unidades territoriais, município e estado

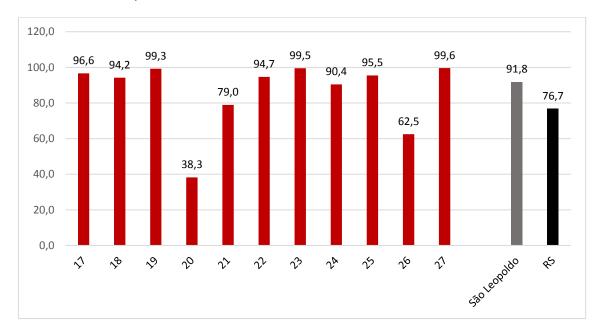
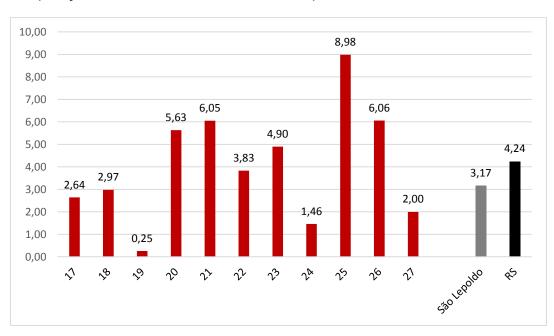


Gráfico 118. Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (%): comparação entre unidades territoriais, município e estado



⁴⁵ Segundo o IBGE, são considerados adequados para moradia os domicílios que têm, ao mesmo tempo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que há muito a se construir. O desafio está especialmente no que concerne ao levantamento de informações sobre: a) potencialidades inscritas em cada comunidade, em cada território; b) ameaças e violações de direitos; c) dados mais detalhados dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e seus usuários. Quando chegarmos a isso será possível uma análise densa da política pública, integrando mais elementos conceituais e mais orientações e prioridades, o que proporcionará ferramentas mais sólidas que guiem as decisões no âmbito das políticas públicas.

Apesar desses desafios a serem superados, acreditamos que o trabalho presente de sistematizar informações em formato de diagnóstico já é também um passo na direção do que orienta a Política Nacional de Assistência Social: garantir o acesso à política pública e promover proteção social, reconhecendo as demandas da população.

Por isso tudo, desejamos que este diagnóstico saia do papel e torne-se parte do cotidiano dos profissionais, contribuindo para o planejamento e acompanhamento das ações no âmbito do SUAS. E que sirva também para aumentar e qualificar a produção de informações no município para que agentes públicos e sociedade civil possam aprofundar o debate a respeito das realidades nas quais estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Caderno de Orientações da Vigilância Socioassistencial. Brasília: Ministério
do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.
Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília:
Conselho Nacional de Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome, 2012.
Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência
Social, 2004.
CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE BERTHOLDO WEBER -
PROAME/CEDECA; FACULDADES EST. Desvelando percepções de uma realidade: o
extermínio de adolescentes e jovens. São Leopoldo, RS: CEBI, 2014.
LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Um Estudo sobre Indígenas
Kaingang em Áreas Urbanas no Rio Grando do Sul. In.: História e-História - Grupo de
Pesquisa Arqueologia Histórica da Universidade de Campinas (UNICAMP). Disponível
em: http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=246#_edn1. Acessado
em: 2 de Março de 2015.